

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS -
DCEEX**



**MEGAEVENTOS E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL:
OLIMPÍADAS-2016 NO RIO DE JANEIRO**

HUGO LEONARDO SALGADO BRAZIL

Três Rios, RJ
2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS -
DCEEX**

**MEGAEVENTOS E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL:
OLIMPÍADAS-2016 NO RIO DE JANEIRO**

HUGO LEONARDO SALGADO BRAZIL

Monografia submetida como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas da UFRRJ – Instituto
de Três Rios. Orientador: Prof. Joelson
Gonçalves de Carvalho

Três Rios, RJ
2011

HUGO LEONARDO SALGADO BRAZIL

**MEGAEVENTOS E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL:
OLIMPÍADAS-2016 NO RIO DE JANEIRO**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Msc. Orientador Joelson Gonçalves de Carvalho

Prof. Dr. Roberto Santolin

Prof^a. Msc. Diná Andrade Lima Ramos

Três Rios, 14 de dezembro de 2011

Dedico esta monografia à minha mãe, Roselene Salgado,
ao meu pai Wanderlan Brazil e minhas irmãs Bárbara e
Eduarda.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a DEUS por ter a oportunidade de estudar em uma instituição pública, por me dar saúde, sabedoria e me rodear de pessoas especiais nos quais, amo de coração.

À minha mãe, Roselene Salgado, por seu amor, pela dedicação, pelos sacrifícios feitos por mim, pela paciência, conselhos, broncas e por sempre estar ao meu lado, me defendendo de tudo e de todos.

Ao meu pai, Wanderlan Brazil, por seu amor, por tudo que fez por mim e por me ensinar desde cedo, quando pegava o mapa Mundi, fazia um aviãozinho de papel e mandava-me encontrar as capitais dos países, que o estudo e a sabedoria ninguém pode nos tirar.

Às minhas irmãs Bárbara e Eduarda, por estar presente em minha vida, me dando carinho e amor.

Ao grande amigo, Eduardo da Silva, por trazer minhas irmãs que amo tanto à vida, por acreditar em mim, quando eu mesmo não acreditava.

Minha família por acreditar em mim. Minhas tias amadas, Vanderléa, Vânia e Rosane, minhas primas, Maria Clara, Samara, minhas avós Vani e Marlene, que em vida, puderam compartilhar de mais um passo na minha vida e por todos familiares que não foram citados aqui, mas sempre me apoiaram.

Aos meus amigos-irmãos, Chandy Teixeira, Gustavo 'Bitoca' Silva, Jorge 'Guto' Lima, Tiago Magrani e Tiago Raposo, além do meu grande amigo Davi Lima pelo apoio e conselhos.

Aos familiares dos meus amigos-irmãos que sempre me trataram como um membro da família: Lydia, Jorge, Luiza Maria, Jorgina, João e Gilda.

Aos companheiros de turma, Felipe, a Paula, o Marcos e em especial, Fábio Junior Clemente, nosso futuro mestre, a Valquíria Carneiro e ao Malcon Sampaio pela ajuda, suporte, amizade e por juntos, concluímos no longo desses cinco anos mais uma etapa em nossas vidas.

Aos companheiros de UFRRJ como Manuel Flávio, Cleber Zarattini, Roberto 'Paulista', Sergio Delgado, Fernando Paulino, Fábio 'Coração Valente', Márcio da Xerox, Giuliano 'Thammy Groétchen' Manera, Felipe 'Hancock' e a todos que conheci neste período, pela amizade.

Ao meu orientador Prof. Joelson Gonçalves de Carvalho, principalmente pela paciência, pela dedicação, pelo amor ao ensino, por me guiar neste trabalho e incentivar a seguir a carreira acadêmica.

Ao Prof. Carlos Vainer e a Prof^a. Nelma Oliveira, pela ajuda no envio de material para a monografia.

A todos os professores da UFRRJ/ITR, por me passar um pouco de seus conhecimentos por essa jornada.

À minha companheira, Aline Vieira, por ser essa mulher maravilhosa, cujo seu amor me renova a cada dia, tornando esses últimos quatro anos maravilhosos em minha vida.

A todos que por ventura, esqueci de citar, mas contribuíram para eu concluir, um importante passo na vida.

“N3o tentes ser bem sucedido, tenta antes ser um homem de valor” (Albert Einstein)

RESUMO

Desde meados dos anos de 1990, o Rio de Janeiro passou a utilizar o modelo de planejamento estratégico urbano, criado segundo conceitos empresariais que coloca a cidade como uma mercadoria-empresa, destinada à competição e concorrência. Este modelo é voltado aos interesses do capital com forte concentração de recursos públicos que se dão a partir de parcerias público-privadas. A forma burocrático-administrativa de se realizar megaeventos esportivos está inserida neste modelo de planejamento estratégico e remonta das Olimpíadas de Barcelona, em 1992. No Rio de Janeiro, diferentemente do ocorrido na cidade catalã, os investimentos para se realizar este tipo de evento ficou a cargo do poder público, como o ocorrido nos Jogos Pan-Americanos de 2007. Diante disto, objetivo desta monografia é analisar e problematizar os impactos dos investimentos públicos nos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, para a população carioca, em especial a mais pobre. A hipótese central é de que haverá especulação imobiliária gerada pela maneira heterogênea de alocação do investimento público na cidade, elevando a segregação socioespacial e as desapropriações em prol do “sonho olímpico”.

Palavras-chave: Investimento Público, Olimpíadas, Planejamento Urbano, Segregação Socioespacial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Corredores de BRT	30
------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Impactos Indiretos da Copa	27
Gráfico 2 - Evolução dos preços dos imóveis.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Impactos consolidados da Copa do Mundo	24
Tabela 2 - Impacto Total Direto da Copa do Mundo	25
Tabela 3 - Participação do Estado e da Iniciativa Privada	26
Tabela 4 - Distribuição dos Impactos Totais Diretos nas Cidades-Sede.....	26
Tabela 5 - Relação dos Impactos Totais Diretos e o PIB Municipal (2008)	27
Tabela 6 - Investimentos Previstos para os Jogos Olímpicos.....	33
Tabela 7 - Índice FIPE-ZAP das vendas	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, GRANDES PROJETOS URBANOS E OLIMPIADAS	3
1.1 - Planejamento estratégico.....	3
1.2 - Planejamento urbano.....	5
1.3 - Grandes Projetos Urbanos.....	9
CAPÍTULO 2 – MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: DE BARCELONA AO PAN-CARIOCA	12
2.1 - Notas introdutórias sobre os Jogos Olímpicos.....	12
2.2 - Jogos Olímpicos de Barcelona-1992: um “modelo” para o Brasil?	16
2.3 - Jogos Pan-Americanos Rio-2007	19
CAPÍTULO 3 – INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS: NOTAS CRÍTICAS SOBRE OS MEGAEVENTOS NO RIO DE JANEIRO	23
3.1 - As expectativas sobre os megaeventos cariocas.....	24
3.2 - O planejamento estratégico em prática: o caso do Rio de Janeiro	29
CAPÍTULO 4 – ESPECULAÇÃO E SEGREGAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS DOS MEGAEVENTOS NO RIO DE JANEIRO?	36
4.1 - Especulação imobiliária no Rio de Janeiro.....	36
4.2 - Segregação socioespacial, desapropriações e a cidade de exceção	41
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

INTRODUÇÃO

A monografia aborda o modelo de planejamento estratégico urbano, amplamente difundido no mundo e mais recentemente utilizado no Brasil para se pensar os megaeventos esportivos. O tema é importante, devido à cidade do Rio de Janeiro ser sede, em 2016, dos Jogos Olímpicos de Verão, o que leva a questões envolvendo o volume de recursos destinados aos jogos e os benefícios da alocação de tais investimentos para a população carioca.

Desde sua primeira tentativa de sediar as Olimpíadas, em 2004, o governo municipal do Rio de Janeiro, adotou um novo modelo de planejamento urbano, trazido por consultores catalães, que realizaram a reestruturação urbana com a ida dos Jogos para Barcelona em 1992. O Planejamento Estratégico, prática adotada na cidade da Catalunha, era o modelo de sucesso de intervenção urbana, sob a égide da globalização e da concorrência entre as cidades na busca por investimentos. Neste modelo, as cidades passam a ser pensadas como empresas, com as mesmas dificuldades e objetivos: vencer seus concorrentes.

Feita esta contextualização, este trabalho analisa e problematiza algumas das possíveis consequências do impacto dos investimentos proveniente das Olimpíadas em 2016, dando destaque para as inversões vindas do Estado brasileiro, o grande financiador das obras que, em aliança com modelo de planejamento urbano adotado na “Cidade Maravilhosa”, podem afetar a população carioca, em especial, a mais pobre.

O objetivo é avaliar os efeitos negativos decorrentes da fusão entre o planejamento estratégico urbano e os megaeventos. A primeira hipótese é a especulação imobiliária, devido à maneira heterogênea como os recursos são alocados na cidade, elevando os preços dos imóveis próximos ao evento, no caso do Rio, em regiões de classe média alta. Como consequência, a segregação socioespacial, segundo efeito, vem desse processo de especulação imobiliária que afasta a população mais pobre do centro da cidade e eleva o processo de favelização. Outra hipótese derivada deste estudo são as desapropriações feitas pelo Estado contribuindo para a segregação socioespacial.

Esta monografia está dividida em quatro capítulos; o primeiro abordará os aspectos do planejamento estratégico, sua relação com o planejamento urbano e com os Grandes Projetos Urbanos. No segundo capítulo é dado um breve histórico sobre as Olimpíadas, separando uma sessão para os jogos de Barcelona-1992, modelo de planejamento adotado pelo Rio de Janeiro, além de mostrar o Pan-2007, modelo brasileiro na realização de um megaevento esportivo.

O terceiro capítulo está voltado para apresentar a alocação dos investimentos públicos e privados no município. A simbiose entre os recursos para a Copa e as Olimpíadas devido à diferença de tempo entre os dois eventos deve ser analisado, juntamente com o Plano de Legado da Cidade do Rio de Janeiro e os aspectos econômicos do Dossiê de Candidatura para mostrar onde serão destinados os recursos na cidade. Por fim, o quarto capítulo é destinado a avaliar as duas possíveis hipóteses da monografia, a especulação imobiliária, devido à má alocação de investimentos públicos e a segregação socioespacial, resultado da especulação e de remoções “necessárias”.

CAPÍTULO 1 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, GRANDES PROJETOS URBANOS E OLIMPIADAS

A discussão mais recente de planejamento estratégico saiu do escopo exclusivo da administração de empresas e ganhou *status* de política pública. Isto por seu turno, não se deu de forma pacífica e sem contradições. Diante disto, neste capítulo, o objetivo é caracterizar o que vem a ser a visão mais simples de planejamento, apresentando um conjunto de autores que trabalham com a ideia geral deste conceito para, em seguida, avançar na ideia de planejamento urbano estratégico, suas interpretações, suas críticas e suas manifestações, cristalizadas em algo que se convencionou chamar de Grandes Projetos Urbanos.

1.1 - Planejamento estratégico

Esta sessão tem por definição colocar os conceitos e críticas ao planejamento estratégico (base para a elaboração do Plano Estratégico do Rio-2016), apresentando algumas das principais contribuições a respeito desta área. Antes, porém é importante frisar que, ao longo de sua história, segundo Mintzberg (2000), o planejamento passou por várias fases e processos de definições, que vão desde Sun Tzu em a “Arte da Guerra” até os primeiros pensadores em 1950.

O conceito de planejamento estratégico inicia-se de uma maneira mais aberta como um “*meio de pensar no futuro*” conforme Bolan (1974) e Sawyer (1983), evoluindo para uma “*forma de controlar e agir sobre o futuro*” dito por Ackoff (1970) e Ozbekhan (1969), mais tarde, o conceito passou a denotar o planejamento como “*uma tomada de decisão para atingir uma meta*”, expressa por Goetz (1949) e Koontz (1958), logo evoluiu para uma “*forma de decisão integrada*”, discutida por Shwendiman (1973) e van Gunsteren (1976)¹. Por último, chegou ao conceito proposto por Mintzberg (2000, p. 26) no qual “*planejamento é um processo formal para produzir um resultado articulado, na forma de um sistema integrado de decisões*”.

¹ As obras citadas neste parágrafo estão todas referenciadas em Mintzberg (2000).

O arcabouço teórico desse tipo de planejamento estratégico é a decomposição, a articulação e a racionalização. Primeiramente, deve-se pensar em estratégias que podem ser realizadas (racionalizar), dividi-las em processos (decompor) e realizá-las de forma contínua (articular), assim se produz uma forma integrada de planejamento (Mintzberg, 2000).

Seguindo a linha de pensamento de Mintzberg (2000) as razões para usar o planejamento estratégico são: para melhorar a coordenação das atividades empresariais, pois sem o planejamento as atividades das empresas podem ficar desencontradas, além de ajudar na articulação entre diferentes partes da organização; planejar o futuro para a empresa se preparar para eventuais problemas que não são conhecidos no presente; deve-se tentar prever o que pode ser algo ruim para o andamento da empresa, assim como ter em seu domínio com o que se tem influência; o planejamento assegura a racionalidade, já que *“Identificado com a razão, (...) resultam em propostas de políticas que são sistemáticas, eficientes, coordenadas, consistentes e racionais.”* (Wildavsky, 1973, *apud* Mintzberg, 2000, p. 22); e, que com planejamento se tem o controle e domínio sobre qualquer situação da empresa, pois ela é responsável para coordenação.

Ichikawa (1998) parte de premissas para delimitar o planejamento estratégico: pensar na missão da empresa, para definir a situação e razão que a empresa deve entrar no mercado, observar o ambiente externo para ver as oportunidades de negócios que podem ser realizados e analisar a parte interna, verificando os pontos fracos e fortes que a empresa apresenta. A referida obra da autora é um compêndio crítico em relação ao planejamento estratégico, citando opiniões de diversos autores. Cabe, apresentar uma síntese, mesmo que esquemática, das opiniões de Ichikawa (1998, p. 3-5) sobre o tema. Segundo a autora:

- a) Idenburg (1993) em *“Four styles of strategy development”* crítica a previsibilidade do ambiente do modelo (rígido) de planejamento, excluindo os artifícios humanos como a criatividade e a intuição;
- b) Quinn (1978) em *“Strategic Change: “logical incrementalism”* diz que o planejamento estratégico sozinho não é capaz de ter êxito nas decisões e deve-se utilizar um incremento lógico (executivos que pensem uma forma

a acrescentar algo) para que a empresa alcance suas metas organizacionais;

- c) Hayes (1993) em “*Strategic Planning - forward in reverse?*” a crítica é na forma de como o planejamento é utilizado, porque como não se pode prever tudo o que acontecerá naquele ambiente, as empresas recorrem a objetivos de curto prazo quantitativo (olhando somente para o lado financeiro), esquecendo do qualitativo (por exemplo, capacitação profissional);
- d) Mintzberg (1994) em “*The fall and rise of strategic planning*” diz que o planejamento estratégico, pela rigidez toma forma de um programa (programação estratégica), por isso não pode ser tomado como decisão única. Existem fatores que fogem a “lógica” e é necessária uma análise subjetiva, ou seja, deve-se utilizar o planejamento estratégico com parcimônia, só em ocasiões em que ela se encaixe.

O tipo de planejamento descrito até aqui está calcado na busca de um aumento da produtividade e do lucro das empresas, visto que as empresas concorrem entre si e o “algo mais” para melhorar a organização das empresas serão sempre bem-vindas. A análise deste planejamento é grande valia para se entender como ele foi apropriado no planejamento urbano conservador. Os defensores desta prática argumentam que as cidades e as empresas passam pelos mesmos processos ao longo de sua existência, como será tratado na próxima sessão.

1.2 - Planejamento urbano

O conceito de Plano Estratégico se espalhou pelo mundo, chegando ao Brasil na década de 1990, como um novo modo de gestão para as cidades, influenciado pelo modelo de gestão empresarial.

A partir daí os projetos urbanos tomaram nova direção, oposta aos debates acerca da questão como “*crescimento desordenado, reprodução da*

força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimento sociais urbanos, racionalização do uso do solo". (Vainer, 2004)².

As razões para que se chegasse a este modelo foram justamente "*A flexibilização, globalização e a complexidade da nova economia mundial (...)*" (Castells, 1990 *apud* Vainer, 2004)³. Diante desta situação, a cidade se coloca em um cenário de extrema concorrência e competição, onde a busca por investimentos é feita de forma voraz. Para atrair os investimentos, a cidade passou a ter princípios de gestão que se alinhavam com o capital.

O planejamento estratégico urbano, segundo Saboya (2008a)⁴ tem como características principais a concorrência entre as cidades como um dos principais motivos para a adoção deste planejamento; a visualização do ambiente externo, pois agora as cidades não estão mais "sozinhas" no cenário regional, nacional e global; maximizar os pontos fortes e localizar os pontos fracos; deve concentrar-se nos resultados obtidos no curto, médio e longo prazo; ter a participação de todos os agentes envolvidos no processo de planejamento; a atuação mais forte nos pontos críticos, como fatores estruturais que possam dar maiores respostas relacionadas às mudanças ocasionadas pelo modelo proposto.

Ainda em Saboya (2008a), as etapas do planejamento estratégico urbano seguem um ritual no qual, primeiramente, os que têm o poder de decidir vão avaliar a necessidade de fazer um projeto e quais etapas serão cumpridas; depois, verá se a possibilidade jurídica para realizar o projeto, como leis que possam ir de encontro com o planejado; ter um objetivo (missão) bem definido e os valores para que se cumpra a missão; identificar e dar atenção aos assuntos realmente relevantes a fim de diminuir eventual prejuízo; formular estratégias para a resolução dos assuntos mais relevantes relacionado à cidade; depois destas fases, aprova-se as estratégias feitas de forma oficial⁵; colocadas em prática as estratégias urbanas, para obter sucesso, todos os participantes do planejamento deve motivar-se em uma visão favorável em relação ao futuro; detalhar os responsáveis por cada ação do projeto e definir

² Conforme artigo disponível em www.mundourbano.unq.edu.ar. As demais referências para Vainer (2004) se referem ao mesmo artigo.

³ Idem. Citações traduzidas do inglês livremente.

⁴ Conforme <http://urbanidades.org.br/2008/05/planejamento-estrategico-de-cidades-parte-1>.

⁵ No caso da cidade, aprovação da Câmara dos Vereadores.

metas a serem alcançados; e por fim a avaliação periódica dos resultados das estratégias adotadas, para consertar os erros e ajustar o planejamento de acordo com o tempo.

As críticas a respeito do modelo de planejamento apontadas por Vainer (2004) partem do ponto de vista de que a cidade é uma mercadoria a ser vendida. Neste sentido, as estratégias utilizadas para atrair os investidores são o *marketing* a fim de dar uma imagem positiva para atrair seus “compradores”, portanto, a divulgação da cidade se torna importante instrumento para a busca de parceiros, de preferência externos, que possam garantir as pesadas inversões. Entretanto, para que os investimentos venham à cidade, esta deve dar toda infraestrutura para que os investidores aloquem seu dinheiro nela, como por exemplo, os “*espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança (...)*” (Borja e Forn, 1996 *apud* Vainer, 2004). Este processo de venda imaterial das cidades ganhou um apelido bem apropriado, a saber: *city marketing*.

Para Pinto (2001), além do *marketing* beneficiar os grandes empresários, principalmente do ramo imobiliário, do turismo, de prestação de serviços e dos transportes, a cidade perde seu caráter “humano”, retirando a população do caráter de cidadão⁶, para o cidadão⁷. O *city marketing* no Brasil pode ser exemplificado na cidade de Curitiba, que ao longo dos anos teve várias denominações como: “Cidade Modelo”, “Capital da Qualidade de Vida”, “Capital Ecológica”, “Capital Tecnológica” (Sanchez, 1999 *apud* Pinto, 2001, p.19). A população não entra no processo decisório das políticas do planejamento urbano na cidade.

Em meio ao pensamento de mercadoria, a cidade vai passar a utilizar-se de princípios básicos que vão transformá-las também em uma empresa por causa da busca por produtividade, competitividade e seguir as leis do mercado (Harvey, 1996 *apud* Vainer, 2004). Com o objetivo manter o regime capitalista de governar, quem deve administrar essa “empresa”, segundo os dogmas tácitos da visão conservadora são pessoas capazes de introduzir esse modelo na prática, ou seja, os empresários (Vainer, 2004).

⁶ Individuo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado livre.

⁷ Que habita uma cidade.

Segundo Ascher, (1994 *apud* Vainer, 2004) o papel do Estado, neste modelo passa a ser garantidor do capital privado, onde se cria condições para esse capital possa realizar todos os seus objetivos além de dar a infraestrutura que não seria era de sua alçada. A parceria público privado viria para assegurar os interesses do mercado. Segundo Vainer (2004):

A cidade-empresa atua no mercado de cidades e deve ser competitiva, ágil, flexível (...). Os controles políticos são estranhos a um espaço social onde o que conta é a produtividade e a competitividade, e onde o que vale são os resultados.

Segundo Borja e Castells (1996 *apud* Vainer, 2004), existem dois pontos que devem ser destacados para que o plano estratégico urbano possa realizar uma forma de manipular a população para que ela aceite e veja que o plano é uma forma valiosa de transformação da cidade. Primeiro, o sentimento de “crise”⁸ que deve ser criado na população pela conscientização da globalização para os setores públicos e privados, baseado no plano estratégico, trabalharemos juntos para “dar a volta por cima” e mostrar a população qual a melhor forma de administrar e assim reduzir possíveis conflitos internos. O segundo ponto está em convencer que uma crise pode ser passageira, o patriotismo vai ser o elo entre “curto” e o “longo” consenso, pois o espírito patriota inserido na população vai dar continuidade ao sentimento de aliança e paz mútua como diz Borja e Forn (1996 *apud* Vainer, 2004): *“geração de um patriotismo da cidade que permita a seus líderes, atores e conjunto da cidadania assumirem com orgulho seu passado e seu futuro”*.

A conclusão que se pode observar destes pontos é a alienação da população em prol dos interesses privados. Como a cidade segue a premissa da lógica capitalista, tornando o governo apartidário, forte e com capacidade de liderança para que não se “atrase” ou “interrompa” desenvolvimento da cidade, na visão conservadora.

⁸ Borja (1995 *apud* Vainer, 2004) cita exemplos que geram o sentimento de crise como a degradação do centro histórico e a fragilidade da infraestrutura como fatores visíveis que afetam negativamente a maioria da população.

A visão neoliberal que constitui este modelo, optando visivelmente pela preferência por um modelo gerencial entra em confronto com a peculiaridade talvez ignorada que é diferença entre uma mercadoria e uma cidade, seja na Europa, seja na América ou África. A população é um “produto heterogêneo”, que deve entrar na questão, pois a camada mais pobre não é beneficiada por este modelo, uma vez que nele o governo deve priorizar o capital privado externo e o “mercado de luxo”.

Essas questões serão abordadas de modo mais efetivo ao longo do trabalho, pois a caracterização da gestão discutida aqui será base para o modelo do Plano Estratégico do Rio de Janeiro e para a sua candidatura aos Jogos Olímpicos. Este modelo de planejamento tem como inspiração as Olimpíadas de Barcelona, em 1992⁹. Para muitos autores, em Barcelona houve a maior transformação urbana recente, como causa e consequência de ter sediado Jogos Olímpicos.

1.3 - Grandes Projetos Urbanos

Grandes Projetos Urbanos, também chamados de Grandes Projetos de Inversão, Mega Projetos de Investimento, Projetos de Grandes Escalas, originam-se no século XIX, nas cidades de Paris (1852) e Viena (1857), com Haussmann e Franz Joseph respectivamente, que romperam as muralhas entre a elite e os subúrbios e logo em seguida se espalham para os Estados Unidos com o movimento *City Beautiful*, incentivada pela classe dominante com o objetivo de, com uma reforma urbana, integrar todas as classes (Ultramari e Rezende, 2007).

Desde então, muitos são os debates que cercam o tema Grandes Projetos Urbanos (GPUs) e existem certas divergências de pensamento que segundo Novais e Oliveira (2009) podem ser divididos de duas formas de pensar: Os apologistas dizem, entre outros pontos, que há, primeiro, uma relação mútua de confiança entre as redes sociais, a globalização e a competição necessitam de medidas que ultrapassem a comunidade; em segundo lugar que são dependentes da busca pelo investimento e o

⁹ O processo de candidatura do Rio de Janeiro aos jogos Olímpicos teve consultoria catalã para desenvolver o dossiê (Oliveira e Gaffney, 2010).

desenvolvimento devido ao sentimento de crise; por fim para os apologistas os GPUs são pragmáticos e irão trazer benefícios tanto do lado físico, como do lado social e desenvolvido por alta tecnologia ocasionado pela globalização.

Os críticos por outro lado, vão à contramão ao que os apologistas pregam. Para eles o poder de decisão está na mão da elite; que os projetos só têm o interesse local e que os GPUs acentuam a desigualdade socioespacial, são conservadores e focam nos investimentos estrangeiros. Por fim, e não menos importante, que a tecnologia adotada pelos apologistas é inacessível à empresa local e à população em geral, aumentando as diferenças no espaço global.

Ao contrário do passado no qual o Estado fazia as grandes reformas e projetos urbanos, as características dos Grandes Projetos Urbanos contemporâneos são justamente a entrada do setor privado nesse contexto do planejamento urbanístico. A maneira de como os GPUs atuais é gerida envolve o interesse particular, principalmente no campo imobiliário, uma vez que a flexibilização regulatória que Estado garante ao capitalista na forma de Parcerias Público-privadas em troca do benefício dado ao setor privado da melhor gerência e gestão dos projetos. O Estado passou a garantir, além do aporte financeiro, também o institucional, já que a desregulamentação, vinda dos conceitos do Planejamento Estratégico tornou o planejador criador das regras e não o respeitador das leis. Para Vainer (mimeo, s/d):

“(...) têm origem na necessidade de atender a alguns (rígidos) requerimentos do GPU: quanto à área necessária a ser arrecadada, quanto às taxas de valorização fundiária, quanto aos níveis mínimos de financiamento, quanto a taxas de ocupação do solo e vários outras condições que variam caso a caso.”

Apresentando outros pontos referentes ao GPU, no campo financeiro, os custos dos projetos, do ponto de vista histórico, são crescentes devido a sua complexidade quando analisado o programa no início do projeto e na sua conclusão. Já no campo social, os projetos de revitalização acabam expulsando a classe mais pobre, dando espaço para a classe média, por desapropriações indiretas, via especulação imobiliária, além desses GPUs serem alocados em áreas sub-habitadas e com um padrão urbano baixo com o

objetivo de melhorar a imagem e a competitividade, estas aumentam ainda mais a segregação, uma vez que nessas áreas vivem pessoas de menor porte financeiro (Ultramari, 2007).

Inseridos nos Grandes Projetos Urbanos, os megaeventos tornaram-se nos últimos anos, uma forma de revitalizar a cidade, como mostra Seixas (2010, p. 8):

São eventos culturais ou desportivos de âmbito internacional ou mesmo planetário, ações coletivas e efêmeras que comportam *status* simbólicos e escalas espaciais e temporais muito significativas. Falamos, sobretudo, de Jogos Olímpicos, Copas do Mundo, Feiras Universais (hoje mais conhecidas como Expos), ou ainda (em menor grau) Capitais de Cultura, Torneios de Tênis ou Grandes Regatas Têm se colocado como uma das mais relevantes linhas de exaltação e de demonstração de Hegemonia e de poder político-econômico e cultural das nações e das cidades mais dominantes do planeta.

A cidade do Rio de Janeiro vai receber alguns dos principais megaeventos do mundo, a saber, a Copa das Confederações de Futebol (2013), a Copa do Mundo de Futebol (2014), a Copa América (2015) e os Jogos Olímpicos de Verão (2016). Pela experiência brasileira e mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, nos Jogos Pan-Americanos de 2007, apontará que as opiniões dos críticos chegaram mais próximo da realidade do que os apologistas. Além de dar um breve histórico sobre as Olimpíadas de Verão, a comparação com o “Pan-2007” e os Jogos Olímpicos de Barcelona (modelo de gestão) serão analisadas no próximo capítulo, com o objetivo de verificar os pontos negativos e positivos dos megaeventos.

CAPÍTULO 2 – MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: DE BARCELONA AO PAN-CARIOCA

2.1 – Notas introdutórias sobre os Jogos Olímpicos

Os Jogos Olímpicos da Era Moderna deram início em 1896 em Atenas com 13 nações e 295 atletas e foi fruto da fundação do Movimento Olímpico criado pelo barão de Coubertin com o objetivo de promover o desenvolvimento do esporte e o famoso espírito “olímpico”. (Rubio, 2005)¹⁰.

No início, os Jogos tinham caráter amador como um modo de “cultuar o esporte”, resgatar antigos valores. Era fortemente ligado à aristocracia da época que junto aos monarcas, davam o aporte financeiro para a realização dos jogos¹¹. A competitividade e o profissionalismo acontecem no contexto da guerra imperialista que passa do campo político para o esportivo, vencer torna-se mais importante que competir para mostrar um povo superior ao outro. Isto ocorreu nos Jogos de Berlim-1936 (com o nazismo) e nos Jogos de Helsinki-1952 com a entrada da União Soviética. Este período foi fortemente marcado pelo mundo bipolar dividido entre o capitalismo e o socialismo, o que desgastou o pensamento inicial do Olimpismo pondo fim ao amadorismo (Proni, 2008).

Segundo Rubio (2005), os Jogos Olímpicos têm fases bem distintas. A primeira se inicia nos Jogos de Atenas-1896 indo até os Jogos de Estocolmo-1912. Neste período histórico, os jogos eram realizados para a difusão do esporte como forma de unir os povos e culturas e promover a paz. Os Jogos de Atenas foram financiados pelo aristocrata Averoff. Já os Jogos de Paris-1900, Saint Louis-1904 e Londres-1908 não despertaram muito interesse por parte do público. Em Estocolmo-1912 registrou-se pela primeira vez lucro, coisa inédita até então, pelo apoio do governo e da população aos jogos (Rubio, 2005).

A fase de Afirmação começa nos Jogos da Antuérpia-1920 e se estendem até os Jogos de Berlim-1936. Esta fase foi marcada pelo destaque internacional obtido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) conseguido com

¹⁰ Conforme artigo disponível, sem paginação, no site <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-85.htm>.

¹¹ Coubertin, grande aristocrata francês, propunha o não-vínculo com os governos.

a edição anterior e por ter passado pela I Guerra e pela Crise de 1929 sem grandes danos. O destaque desse período foi o apoio do governo belga e do Comitê Olímpico Francês para a realização dos jogos em 1920 e 1924. Em Amsterdã-1928, houve, no começo, a desaprovação da família real, mas como a população abraçou a causa, o governo cedeu e apoiou os jogos. Em Los Angeles-1932, inseriu-se a cerimônia de entrega das medalhas, além do uso de um estádio para 126 mil pessoas. Em Berlim-1936, houve forte investimento do governo nazista e o êxito na realização do evento, mostrou para o COI que as Olimpíadas poderiam render frutos financeiros (Rubio, 2005).

Depois da II Guerra Mundial e com o mundo bipolarizado, a fase de conflito, inicia-se nos Jogos de 1948 em Londres e se estende até os Jogos de 1984 em Los Angeles e marca a história por passar por um momento em que duas superpotências (EUA e URSS) dominavam o mundo com suas concepções político-ideológicas (capitalismo e socialismo). A conquista de medalhas passou a ser uma amostra do potencial de cada bloco e as Olimpíadas se tornaram é um grande evento mundial, com o crescente aumento de competidores e com um aumento na demanda por recursos (Rubio, 2005).

A grande catapulta econômica dos jogos ocorreu em Roma (1960) com o início das transmissões em TV, onde 18 países da Europa passaram a acompanhar ao vivo as competições e o *marketing* foi melhor explorado. De lá para cá, o Comitê Olímpico Internacional (COI) passou por algumas turbulências sérias, como as críticas aos jogos de 1968 na Cidade do México devido aos altos gastos em contraste com a pobreza da região, o atentado terrorista à delegação israelense em Munique-1972, um enorme prejuízo econômico nos jogos de Montreal-1976 pagos somente em 2006 e no caso mais célebre ocorrido nos jogos em Moscou-1980 que, em meio a Guerra Fria, os países aliados dos EUA (65 nações) boicotaram a edição dos jogos (Proni *et al*, 2008, p.11).

Passado o período de turbulências, os jogos ganham força novamente quando Juan Samaranch assumiu a presidência do COI, em 1980, fortalecendo a entidade a partir de um plano de *marketing*, o chamado TOP (*The Olympic Program*) implementado em 1988, passando a negociar os direitos de

televisão, buscando a aproximação com os chefes de Estado para mostrar a importância dos Jogos para as sedes (Proni *et al*, 2008, p.12).

A última fase é a da profissionalização que inicia-se em 1988 em Seul e vai até hoje, nesse tempo histórico, o profissionalismo deixa de ser “contrária a causa olímpica” e torna fator fundamental tanto na organização como na competição do evento que junto com um *marketing* agressivo, a entrada do governo com grandes investimentos e a entrada do capital privado que vê com “bons olhos” a possibilidade de bons lucros torna os Jogos Olímpicos uma fonte econômica de grande escala. Isto foi observado em Seul-1988 que apesar da pouca participação popular, na parte arquitetônica foi bem vista com seus grandes prédios e instalações para os jogos. Em 1992, a cidade de Barcelona, que será motivo de uma sessão, pois será modelo para as candidaturas do Brasil a sede das Olimpíadas, teve as maiores intervenções urbanas, com o apoio da população em prol, agora mais do que nunca, dos princípios olímpicos (Rubio, 2005).

O sucesso de Barcelona cria um espírito “olímpico-econômico” nas principais cidades do mundo que entram na briga pelo agora, maior evento esportivo do mundo, fonte de grandes receitas e visibilidade aliado aos benefícios sociais como à infraestrutura esportiva (e estrutural) que, em tese, permanece para as futuras gerações, a geração de emprego, a reestruturação urbana e a união do povo pela causa olímpica.

Os Jogos de Atlanta-1996, considerada a “Olimpíada do *Marketing*”, teve forte disputa das marcas de material esportivo, com competidores não só representando seu país, mas seus patrocinadores, característica bastante capitalista. Foram os jogos da iniciativa privada, com o Estado dando somente o suporte com o policiamento e limpeza (Proni, 2008, p. 21). Por outro lado, Atlanta perdeu um importante “foco” do Olimpismo, o legado, pois com o fim dos jogos muitas instalações foram desativadas ou vendidas como lembranças dos jogos¹², dando ênfase a um modelo consumista e sem futuro esportivo para as novas gerações (Rubio, 2005).

¹² Foram vendidas partes do campo de futebol como lembranças das Olimpíadas.

Nos jogos de Sydney-2000, ao contrário de Atlanta e semelhante à Barcelona, o Estado teve um papel destacado na infraestrutura necessária para a realização do evento, com gastos em torno de US\$ 1,3 bilhão. Com o lema de “Olimpíada Verde”, Sydney foi sucesso de público e mídia (direitos de televisão foram comprados por US\$1,2 bilhão)¹³. O sucesso do *marketing* de Sydney influenciou a própria economia australiana que, depois da realização dos jogos, viu suas receitas com o turismo se alavancarem (Proni, 2008). Mas a cidade não comportaria os investimentos feitos, especialmente da utilização das gigantescas instalações para o legado olímpico que subutilizadas, trouxeram à tona a preocupação com a utilização exclusiva para a população da cidade (Rubio, 2005).

As Olimpíadas de Atenas-2004 contaram inicialmente com o apoio da União Europeia, que mais tarde reduziu o aporte financeiro para a infraestrutura. Muitos foram os imprevistos tais como problemas com atraso das obras, ameaças terroristas e gastos quintuplicados em relação à edição anterior, que geraram um prejuízo de US\$ 1,2 bilhão, sentidos até hoje, marca histórica dos Jogos na Grécia (Proni, 2008, p. 30).

Em contraste com as sedes anteriores, a China queria mostrar ao mundo o quão forte é, tanto na parte econômica como na parte organizacional. Os jogos trouxeram para o governo chinês uma excelente arma para apresentar-se como potência mundial. Para a realização do evento foram gastos em torno de US\$34 bilhões, somente em infraestrutura como instalações esportivas, transporte, reformas urbanas, investimento em alta tecnologia. Além dos ganhos com turismo (crescimento de 8% a 9%), houve também impactos no desenvolvimento econômico da cidade, (crescimento de 2,5% do PIB de Pequim ao ano) e melhorias ambientais (US\$12 bilhões investidos) foram os carros-chefe para a entrada definitiva da China do cenário mundial esportivo (Proni *et al*, 2008).

Feita esta breve recuperação histórica para apresentar como o processo de realização dos jogos, desde o amadorismo de Coubertin até o profissionalismo trazido por Saramanch, aconteceu e como se tornou um evento tão importante quanto grandioso.

¹³ As instalações foram construídas com responsabilidade ecológica, além da despoluição da baía de Sydney, daí a caracterização de Olimpíada Verde (Rubio, 2005)

É patente a necessidade de conhecer tanto os pontos positivos como dos negativos que estes megaeventos trazem para as cidades. O estudo dos impactos destes investimentos é importante para mostrar o que realmente as Olimpíadas (ou qualquer outro megaevento) podem proporcionar a população e para o planejamento urbano.

2.2- Jogos Olímpicos de Barcelona-1992: um “modelo” para o Brasil?

Segunda maior cidade da Espanha, Barcelona, que na década de 1980, sofria com a crise econômica na Europa, encontrou na disputa para os Jogos Olímpicos de 1992, uma forma de desenvolver e retomar o prestígio de importante cidade europeia. Um *marketing* agressivo, com as parcerias entre setores públicos e privados e a incitação da população em prol da causa olímpica foram os pontos principais do processo de reestruturação da cidade, contanto, inclusive com o apoio do presidente do COI à época, Juan Samaranch.

Os Jogos de Barcelona (1992) se valeu de desalojamentos da população mais pobre das áreas onde foram alocados os investimentos, seja diretamente, com remoções, seja indiretamente nos casos do aumento do preço da moradia. Mas mesmo assim foram considerados modelos de gestão empresarial e planejamento urbano como aborda Oliveira e Gaffney (2010)¹⁴:

A experiência de Barcelona, que se valeu da grande inversão de recursos destinados à preparação para os Jogos Olímpicos de 1992 para colocar em marcha um conjunto de projetos de intervenção urbana, resultando em uma reestruturação física, econômica e cultural da cidade, representa, sem dúvida, a principal fonte de inspiração para tal disputa.

O Comitê Olímpico Organizador de Barcelona 1992 S/A. (COOB'92) gerenciou todo o processo para a realização dos jogos, com receitas na casa dos US\$1,6 bilhões (72% de aumento em relação a edição anterior) e lucro líquido de US\$42,8 milhões. Uma característica de Barcelona-1992 foi à geração de receitas advindas de patrocínios e direitos de TV correspondendo a

¹⁴ Conforme artigo disponível em www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895-17.htm

30% das receitas (quase quatro vezes maior que em Los Angeles-1984). Nas despesas, quase 50% foram de serviços, 11% com pessoal, 5% com material e 35% com investimentos. (Proni *et al*, 2008, p.16).

A criação da Barcelona Holding Olímpic S/A (Holsa) por parte do Governo Espanhol com a Câmara Municipal de Barcelona, utilizado para fazer as obras de infraestrutura com apoio de outros setores governamentais, os investimentos entre 1986 e 1993 chegaram à casa dos US\$8 bilhões, designados para projetos civis e de construção entre quais se destaca o anel rodoviário e a vila olímpica e na parte esportiva, como instalações, foram gastos apenas 9%. As Parcerias Público-privadas (PPPs) tiveram um importante papel no desenvolvimento da cidade, com 32,7% dos investimentos do capital privado e 67,3% realizados pelo poder público¹⁵ (Proni *et al*, 2008, p.18).

Na questão urbana, Barcelona virou em canteiro de obras e a evolução desse setor pode ser vista nos aumentos de 72% da população empregada na construção civil, 142% no consumo de energia na construção, entre 1985 e 1993, e de 74% no consumo de cimento empregado na construção de superfície de estacionamento, habitação, pontos de comércio, escritórios e hotéis. Com a cidade no centro das atenções, o preço das construções, principalmente as recém-criadas pelo processo de reurbanização, entrou em crescimento, passaram de 65 mil pesetas por metro quadrado em 1985 para 233 mil pesetas, em 1993. As antigas construções passaram de 69 mil pesetas por metro quadrado, em 1986 para 216 mil pesetas, em 1992 (Proni, *et al*, 2008, p. 22).

Os dados mostram uma especulação imobiliária forte com os preços triplicados. Em decorrência disso, houve uma desapropriação da classe mais pobre do centro da cidade, criando uma segregação socioespacial, além de mais de 200 famílias despejadas no processo de urbanização da cidade. No campo empregatício, houve uma redução de 9% da taxa de desemprego entre 1986 e 1992, fruto da elevação dos números de contratos de trabalho (2,5 vezes maior) que trouxe um efeito permanente de 20 mil novos postos de trabalho. (Proni *et al*, 2008, p.24).

¹⁵ Dos investimentos públicos 20,3% foram feitos por Empresas Públicas, regidas pelo mercado como a Holsa.

Foram Jordi Borja e Manuel de Forn, urbanistas, que ficaram com a gerência dos projetos olímpicos e trabalharam tanto no campo da construção material quanto imaterial, especialmente no sentimento patriótico. As polêmicas ações sobre a população mais pobre ficaram abafadas e isto pôde ser percebido pelos 61,4% da população que foram a favor das mudanças urbanas, 87% dos catalães achavam que os jogos seriam um sucesso. Os governantes obtiveram grandes avaliações, assim como os requisitos dos jogos como segurança (89%), acesso às instalações (82%), transporte e tráfego (79% e 76%, respectivamente). A avaliação do turista foi excelente, além da atração de empresas para a cidade que olhavam como um dos melhores lugares em qualidade de vida, infraestrutura em transportes e em telecomunicações da Europa (Proni *et al*, 2008, p.25).

A comparação entre Barcelona e os Jogos Olímpicos Rio-2016 surgiu porque a proposta de modelo de gestão carioca é baseada no catalão de gestão empresarial, como por exemplo, a *“flexibilidade regulatória, as Parcerias Público-Privadas (PPPs), as intervenções urbanas pontuais em áreas com alto potencial de valorização, os projetos de revitalização de áreas centrais e portuárias”* são algumas das características presentes em ambas as cidades (Oliveira e Gaffney, 2010)

Mas, deve-se levar em consideração as diferenças entre as cidades como a questão territorial e populacional, (o Rio tem seis milhões distribuídos em 1.182 km² e Barcelona tem 1,5 milhões em 100 km²), a capacidade de absorção de investimentos que é bem maior em Barcelona por estar na Europa, assim como o número de turistas que na Espanha são de 50 milhões e no Brasil apenas cinco milhões (Oliveira e Gaffney, 2010). Enquanto Barcelona utilizou as Olimpíadas para alavancar seu projeto de reestruturação urbana, no Rio, os investimentos públicos e o planejamento são usados para realizar o evento e não um projeto que cubra toda a população, principalmente a mais pobre excluída das inversões para os jogos como será mostrado na próxima sessão.

As PPPs, no caso catalão, eram como o nome diz, parcerias entre a iniciativa privada e poder público, diferentemente de como acontece no Brasil em que estas iniciativas são quase exclusivas do poder público. O histórico processo de PPPs no Brasil demonstra que a maior parte dos investimentos é

pública e apropriada pelo capital privado. Outro fator é que o regime de urgência faz os gastos do governo se acelerarem ainda mais, consequentemente se eleva o ônus público (Oliveira e Gaffney, 2010).

A semelhança dos modelos catalão e carioca deve ser pensada de maneira crítica, pois as diferenças entre as cidades são claras e seguir à risca o que foi implementado em Barcelona pode ser um equívoco, justamente pelas diferenças indicadas. É necessário um breve estudo do caso ocorrido em 1992, para entender de forma mais concisa as características do planejamento da cidade do Rio.

2.3- Jogos Pan-Americanos Rio-2007

Os Jogos Pan-Americanos realizados na cidade do Rio de Janeiro em 2007 é, assim como os Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992, um modelo de comparação para as Olimpíadas Rio-2016. A partir dele, podem-se verificar acertos e equívocos que ocorreram e com a experiência, encontrar um melhor caminho para que a realização deste megaevento gere benefícios para toda a população como melhorias na infraestrutura, redução da desigualdade social e espacial, acesso às instalações olímpicas para melhorar e capacitar o rendimento dos atletas brasileiros.

Em 24 de agosto de 2002, a cidade do Rio de Janeiro venceu a disputa para realizar os Jogos Pan-Americanos-2007. Inserido nos grandes projetos urbanos (megaevento esportivo), o então prefeito do Rio, César Maia teria um grande desafio pela frente para transformar urbanisticamente e economicamente a “Cidade Maravilhosa”. A quantidade de recursos vindos do governo (federal, estadual e federal) e por parte da iniciativa privada traria, o sempre sonhado legado olímpico com acesso livre às instalações, além de melhorias em todos os setores da economia e democratizando os espaços públicos.

No discurso oficial, a estratégia era alçar o Rio de Janeiro como uma cidade global e, com os jogos Pan-Americanos, atrair investidores, criar um processo de multiplicação de atividades econômicas, ampliando investimentos diretos e indiretos. A quantidade de recursos traria para a cidade, a

infraestrutura necessária para abrigar os turistas. Em síntese, ajudaria no desenvolvimento da economia, além de disponibilizar instalações olímpicas para a população, contribuindo para melhoria social (Egler e Oliveira, 2010).

Os investimentos para o Pan foram alocados em áreas bem específicas do Rio: Barra da Tijuca; Maracanã; Copacabana, Flamengo, Lagoa e Glória (Zona Sul) e Deodoro, com ênfase na Zona Sul e na Barra da Tijuca, regiões que sofreram as maiores intervenções. Na Barra da Tijuca, bairro de classe média alta, foi alocado a maior parte dos investimentos públicos como a Vila Olímpica (obra feita pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador), Complexo Esportivo Rio-Centro e Cidade do Esporte, que por seu potencial imobiliário, ajudou na especulação imobiliária.

No âmbito social, a Agenda Social-Rio, criada por decreto nº 24227 de 20/05/2004, definiu as metas sociais para o Pan-Americano de 2007 e pelos próximos cinco anos. Dentre as metas, a melhoria das comunidades que tiverem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) menor que 0,800, com projetos voltados para as crianças e adolescentes, aos jovens, às mulheres, a população de extremo risco social, idosos, pessoas com deficiência e dar maior abrangência em programas, como Saúde da Família, Células Culturais para através do Pan, para a redução da pobreza.

Mas o que se observou foi à remoção, pela Secretaria de Habitação, de favelas como a Arroio Pavuna, com 67 famílias, Canal do Cortado, com a demolição de 50 casas e Canal do Anil com 61 residências condenadas pelo governo municipal no entorno do bairro da Barra da Tijuca, com a afirmação que suas residências degradavam o ambiente¹⁶, o que fez elevar ainda mais a especulação imobiliária, já que agora não havia a “poluição visual” e a desvalorização do local não satisfazia os interesses do capital (Melo, 2011, p. 20-21).

A estratégia de planejamento empresarial adotado nas transformações urbanas do Rio influenciou o aumento da desigualdade socioespacial gerado pela inserção dos investimentos público-privado (Parcerias Público-Privadas - PPPs) em regiões de alto poder aquisitivo.

¹⁶ “Desculpa” ambiental não foi verdadeira, porque nesses mesmos arredores foram construídos prédios de luxo (Melo, 2011, p. 20).

Na Zona Sul, mas especialmente na região da Marina da Glória, no Parque do Flamengo, local de grande interesse paisagístico, onde foram realizadas as provas da vela no Pan, tentaram transformar a área pública em área de negócios, com criação de *shoppings*, salão de eventos, estacionamento entre outros, motivada também pelo alto grau especulativo-imobiliário.

Tal apropriação privada do espaço público foi motivo manifestações de movimentos sociais (Comitê Social do Pan e o S.O.S. Parque do Flamengo) contra as interferências do Estado no local, que juntos com setores do governo (IPHAN¹⁷, Ministério Público) conseguiram impedir, naquele momento, a alteração urbanisticamente do local (Mascarenhas e Borges, 2009).

Em relação aos equipamentos esportivos, estes foram repassados para a iniciativa privada a preços módicos como Estádio Olímpico João Havelange, passado ao Clube de Regatas Botafogo, a Arena Olímpica concedida a uma empresa privada para se tornar casa de *show* e a Vila Pan-Americana, construído com recursos públicos e vendido para a classe A e B o que acabou por reduzir consideravelmente o acesso a tais instalações a classe mais pobre, não justificando, o princípio do legado esportivo (Melo, 2011, p. 22).

O Pan, por sua política empresarial, gerou conflitos de interesses entre o governo, empresas e a população, observado nos movimentos sociais que se organizaram de forma menos articulada e bem fragmentada, especialmente relacionado à moradia, como Conselho Popular, Frente contra as Remoções, Fórum Estadual pela Luta da Reforma Urbana. Um dos principais movimentos relacionados aos jogos, o Comitê Social do Pan, criado em 2005 era voltado para os impactos dos jogos na sociedade, trabalhava para dar informação sobre o Pan, abrir o tema para a participação popular, criar parceria com órgãos que fiscalizassem as obras e a ajuda mútua com pesquisadores que tinham uma visão crítica dos jogos e os resultados deste comitê foram doze manifestações relacionadas ao evento, nos quais se pode destacar os da Marina da Glória (quatro manifestações) e do Estádio de Remo (3 manifestações) (Benedicto e Marques, 2009, p. 6-7).

¹⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Os movimentos sociais ficaram mais fortes quando foi realizada a Plenária dos Movimentos Sociais do Rio de Janeiro (PMS-RJ), rede de movimentos sociais criada em 2007 em meio às discussões a respeito do Pan, que reúne representantes sindicais, dos direitos humanos, de moradia, ONGs, entre outros, sendo a representação social mais organizada e centralizada com cerca de 60 movimentos, visando debater sobre todas as questões sociais sobre o Rio de Janeiro, em atividade até hoje. (Benedicto e Marques, 2009).

Em um primeiro momento as organizações sociais eram dispersas nos interesses de muitos grupos o que não faziam frente às violações feitas ao povo carioca, mas com a realização do Pan e o modo de como eram feitas as “necessárias” remoções para os jogos, os movimentos se unificaram, criaram corpo e aproveitaram a visibilidade do evento para reivindicar por tudo que era do interesse da população.

A preferência pelo modelo que privilegia o interesse privado, o modo de produção capitalista caracterizado pela especulação imobiliária, principalmente na Barra da Tijuca com intervenções do governo em infraestrutura e equipamentos que garantiram seus retornos, como na Vila-Olímpica, Arena Multiuso e o Estádio João Havelange (este no bairro Engenho de Dentro), todos feitos com recursos públicos e depois repassados para a iniciativa privada acabaram por romper a proposta inicial, de contemplar a população, que foi excluída das decisões pelo simples motivo empreendedor, aumentando a segregação socioespacial latente no Estado.

O Pan foi o exemplo a não ser seguido, no mínimo nas questões sociais, de investimento errado dos gastos públicos em determinadas regiões e mostra que os jogos não foram feitos pelo desenvolvimento da cidade, mas sim para o benefício de uma parcela de pessoas detentoras do capital.

CAPÍTULO 3 – INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS: OS MEGAEVENTOS NO RIO DE JANEIRO

As formas de financiamento dos jogos olímpicos passaram por diversas transformações na realização desses eventos, como antecipado no capítulo anterior, iniciando de maneira privada, com os aristocratas, no início do século XX com o objetivo de expandir o olimpismo e mais adiante, com empresas privadas que começaram a se atrair em busca de lucros, através de patrocínios. Atualmente o padrão de financiamento está contido no arcabouço das chamadas Parcerias Público-privadas (PPPs)¹⁸ que aliam interesses públicos aos privados. No caso dos Jogos Pan-Americanos-2007 no Rio, o Estado foi o grande financiador e construtor das instalações olímpicas, além dos benefícios fiscais que ajudaram os empresários a realizarem seus lucros (aquisição de equipamentos a preços módicos, por exemplo), o que tornou a PPP brasileira única na questão olímpica (Melo, 2011).

O objetivo deste capítulo é apresentar um conjunto de informações sobre os aludidos impactos que se esperam dos megaeventos que acontecerão na cidade do Rio de Janeiro, notadamente os jogos da Copa do Mundo, em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Neste sentido, faz-se necessário apresentar os investimentos prometidos para a Copa do Mundo, principalmente na área de infraestrutura e na reforma do Estádio do Maracanã, pois parte dessas obras serão utilizados para as Olimpíadas, dois anos mais tarde, reduzindo a quantidade de recursos destinados somente para a realização dos Jogos Olímpicos. Serão apresentadas as formas de planejamento, ação do governo, plano de legado da Prefeitura do Rio e o dossiê de candidatura, que mostrará aonde serão os recursos utilizados para os jogos olímpicos e o legado olímpico para dar embasamento para as discussões a respeito das possíveis consequências à população carioca.

¹⁸ Parceria Público-Privada é um contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. É vedada a celebração da Parceria caso houver um valor inferior a R\$ 20 milhões de reais, prestação de serviços por um tempo inferior a 5 anos e *“ter como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública”*. Ver Lei Nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004.

3.1 – As expectativas sobre os megaeventos cariocas

Acontecerão, no município do Rio de Janeiro, sete jogos da Copa do Mundo, incluindo a Final. Por esta razão, a cidade deverá estar apta para receber tais jogos. Os impactos diretos e indiretos destes grandes eventos esportivos influenciarão no planejamento das olimpíadas, pelo pouco espaço de tempo entre a Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016. Diante disto, o governo municipal tem tratado de maneira conjunta, os investimentos em infraestrutura destes dois megaeventos.

A realização da Copa do Mundo, em 2014, no Brasil afetará os resultados econômicos das Olimpíadas, por causa dos recursos que serão usados para as obras de infraestrutura e reforma do Estádio do Maracanã.

A Ernst & Young (2010), empresa de consultoria, em parceria com a FVG Projetos, estimou os impactos econômicos da Copa do Mundo em torno dos R\$ 142,39 bilhões, sendo R\$ 22,46 bilhões em investimentos diretos (infraestrutura e construção dos estádios) e R\$ 112,79 bilhões indiretos e induzidos (injeção adicional, com produção em cadeia) no período de 2010 a 2014. Dentre os setores mais beneficiados estão a construção civil (R\$ 8 bilhões a mais), serviços prestados às empresas (R\$ 6,5 bilhões a mais), comércio (cerca de R\$ 4 bilhões) e serviço de utilidade pública (próximo de R\$ 3,7 bilhões). A Tabela 1 mostra os impactos consolidados para a Copa do Mundo em 2014.

Tabela 1 - Impactos consolidados da Copa do Mundo

Impacto sobre a Demanda Final	R\$ 29,60 bi
Impacto sobre a produção de bens e serviços	R\$ 112,79 bi
Impacto sobre a renda	R\$ 63,48 bi
Impacto sobre o emprego (ocupação-ano)	R\$ 3,63 mi
Impacto sobre a arrecadação tributária	R\$ 18,13 bi

Fonte: Ernst & Young (2010)

Ainda segundo Ernst & Young (2010), no fluxo turístico, estima-se um aumento de 79% no ano da Copa, arrecadando cerca de R\$ 6 bilhões com a hotelaria (R\$ 2.2 bi), alimentação (R\$ 900 mi), compras (R\$ 850 mi), transporte

(R\$ 550 mi), cultura e lazer (R\$ 500 mi) serão os principais responsáveis pelo impulso.

Para o Ministério dos Esportes (2010), os impactos dos investimentos da Copa podem chegar a R\$ 183,2 bilhões. São R\$ 41 bilhões a mais que as perspectivas de Ernst & Young (2010), sendo R\$ 47,5 bilhões em inversão direta e R\$ 135,7 bilhões indiretos e induzidos. Dentre os benefícios citados, a infraestrutura (R\$ 33 bilhões), turismo incremental (R\$ 9,4 bilhões), geração de empregos (710 mil, entre direto e temporário), elevação do consumo das famílias (R\$ 5 bilhões) e arrecadação de tributos (R\$ 16 bilhões) são os principais setores que sofrerão as maiores transformações. Dentre os impactos diretamente relacionados à Copa, se destaca a mobilidade urbana, construção e reforma de estádios e aeroportos, o turismo e o consumo, como apresenta a Tabela 2.

Setor impactado	Local de impacto	Bilhões (R\$)	%
Infraestrutura civil	Estádios	5,6	11,8
	Mobilidade Urbana	11,5	24,2
	Aeroportos	4,8	10,1
	Portos	0,7	1,5
	Total	22,7	47,8
Infraestrutura de serviços	Telecom/TI/Energia	3,8	8
	Segurança	3,6	7,6
	Hotelaria	1,9	4
	Saúde	1	2,1
	Total	33	69,5
Consumo	Turismo	9,5	20
	Consumo	5	10,5
Total do Impacto Total Direto		47,5	100

Fonte: Ministério dos Esportes (2010)

Com relação à participação do setor público e privado, aproximadamente 78% dos gastos são de responsabilidade do Estado e se considerar o financiamento público ao setor privado, os gastos chegam próximo dos 88%, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Participação do Estado e da Iniciativa Privada

Setor	Especificação	Bilhões (R\$)	%
Participação Pública	Orçamento Geral da União	7,4	22,4
	Financiamento Federal para Estados e Municípios	11	33,3
	Orçamento dos Estados e Municípios	7,4	22,4
	Total	25,8	78,2
Participação Privada	Financiamento público ao setor privado	3,3	10
	Investimentos Privados	3,8	11,5
	Total	7,1	21,5
Total de Investimentos em Infraestrutura		33	100

Fonte: Ministério dos Esportes (2010)

Em relação à distribuição entre os Estados, indicadas na Tabela 4, São Paulo e Rio de Janeiro receberão as maiores quantias de recursos destinados aos impactos diretos, representando, somente as três Unidades Federativas, aproximadamente 52% do impacto direto total.

Tabela 4 - Distribuição dos Impactos Totais Diretos nas Cidades-Sede

Cidade-Sede	Bilhões de Reais	%
Belo Horizonte (MG)	3,6	7,6
Brasília (DF)	3,6	7,6
Cuiabá (MT)	1,9	4,0
Curitiba (PR)	1,8	3,8
Fortaleza (CE)	2,9	6,1
Manaus (AM)	3,1	6,5
Natal (RN)	2,1	4,4
Porto Alegre (RS)	1,6	3,4
Recife (PE)	2,2	4,6
Rio de Janeiro (RJ)	9,4	19,8
Salvador (BA)	3,5	7,4
São Paulo (SP)	11,7	24,7
Total	47,4	100,0

Fonte: Ministério dos Esportes (2010)

Quando se leva em consideração a relação entre os Impactos Totais Diretos (ITD) e o PIB a preços correntes (R\$ 1.000) de 2008, a Tabela 5 mostra as cidades de Natal, Cuiabá, Fortaleza e Salvador com os maiores impactos diretos proporcionais ao seu Produto Interno Bruto e no total investido, os ITD correspondem a 5,3% do PIB de todas as cidades-sede.

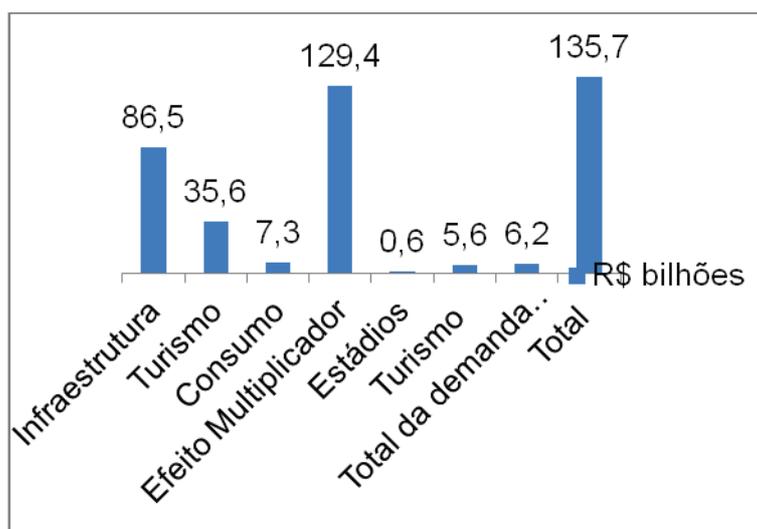
Tabela 5 - Relação dos Impactos Totais Diretos e o PIB Municipal (2008)

Cidade-Sede	PIB Mun. (R\$ bilhões)	Relação IDT/PIB (%)
Belo Horizonte (MG)	42,1	8,6
Brasília (DF)	117,5	3,1
Cuiabá (MT)	9	21,1
Curitiba (PR)	43,3	4,2
Fortaleza (CE)	28,3	10,2
Manaus (AM)	38,1	8,1
Natal (RN)	8,6	24,4
Porto Alegre (RS)	36,7	4,4
Recife (PE)	22,5	9,8
Rio de Janeiro (RJ)	154,7	6,1
Salvador (BA)	29,6	11,8
São Paulo (SP)	357,1	3,3
Total	887,5	5,3

Fonte: Ministério dos Esportes (2010) e IBGE (PIB 2008)

Em relação aos impactos indiretos, a estimativa gira em torno dos R\$ 135 bilhões, via efeito multiplicador e demanda futura. A estimativa do efeito multiplicador feito pelo Ministério dos Esportes (2010) considerou valores baseada em estudos internacionais sobre a Copa do Mundo, apresentada pelo Gráfico 1.

Gráfico 1 – Impactos Indiretos da Copa



Fonte: Ministério dos Esportes (2010)

Os ganhos intangíveis são importantes retornos esperados para a Copa, nos quais o país ganha em visibilidade internacional, com o fortalecimento da imagem do Brasil no exterior, o crescimento do turismo, com a divulgação de atrações nacionais, além da melhoria da rede hoteleira. No quesito infraestrutura, a melhoria nos transportes e estádios com a *“criação de novos polos de desenvolvimento e uma plataforma para ganhos de produtividade do setor privado e por fim o ganho institucional, com a elevação do sentimento patriótico”* (Ministério dos Esportes, 2010, p. 41).

Do ponto de vista do financiamento, deve-se considerar o papel decisivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É este banco público que direta ou indiretamente sustentará grande parte das inversões aos megaeventos esportivos brasileiros.

O BNDES¹⁹ tem focado na geração de externalidades positivas, tendo como missão a ajuda na produção de “bens sociais”, para garantir a redução da pobreza e desigualdade de renda. Em geral, problemas candentes das grandes cidades, são as justificativas da entrada no BNDES para a elevação das externalidades positivas e garantir os bens sociais. O financiamento ao setor privado, em setores com alto custo inicial, como na energia, telecomunicações, transporte ferroviário, entre outros, são atividades que o Banco realiza, diante da justificativa da escassez de poupança privada (Giambiagi *et al*, 2010).

Na questão dos megaeventos esportivos que serão realizados no Brasil, Giambiagi (*et al*, 2010, p. 8), viu uma oportunidade, pelo menos em tese, de reduzir o atraso do Brasil em relação aos países desenvolvidos. O primeiro ponto é em relação ao incentivo ao turismo internacional, melhora na rede hoteleira, arenas esportivas e nas telecomunicações. O segundo ponto diz respeito à grande quantidade de capital investido no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, na infraestrutura. O discurso público é que estas obras contribuam para melhorar a qualidade de vida das populações locais.

¹⁹ O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criado em 1952, é uma empresa pública com a finalidade de financiar projetos de longo prazo em todos os segmentos da economia, onde se destacam a agricultura, indústria, infraestrutura, comércio e serviços, além de fortalecer a estrutura de capital de empresas privadas.

O BNDES é de suma importância para a realização dos megaeventos por sua facilidade de realizar empréstimos em grande quantidade, fruto de seu alto volume de ativos. O corpo técnico capacitado e com experiência em grandes projetos tornam o Banco importante mecanismo para o financiamento das Olimpíadas (Giambiagi *et al*, 2010, p. 28).

3.2 – O planejamento estratégico em prática: o caso do Rio de Janeiro

Esta sessão será dedicada a apresentar o plano “legado para o Rio de Janeiro” e Dossiê de Candidatura mostrando a alocação dos recursos do governo em determinados setores da cidade. O objetivo é descrever os “legados” dos dois megaeventos que ocorrerão no Rio de Janeiro.

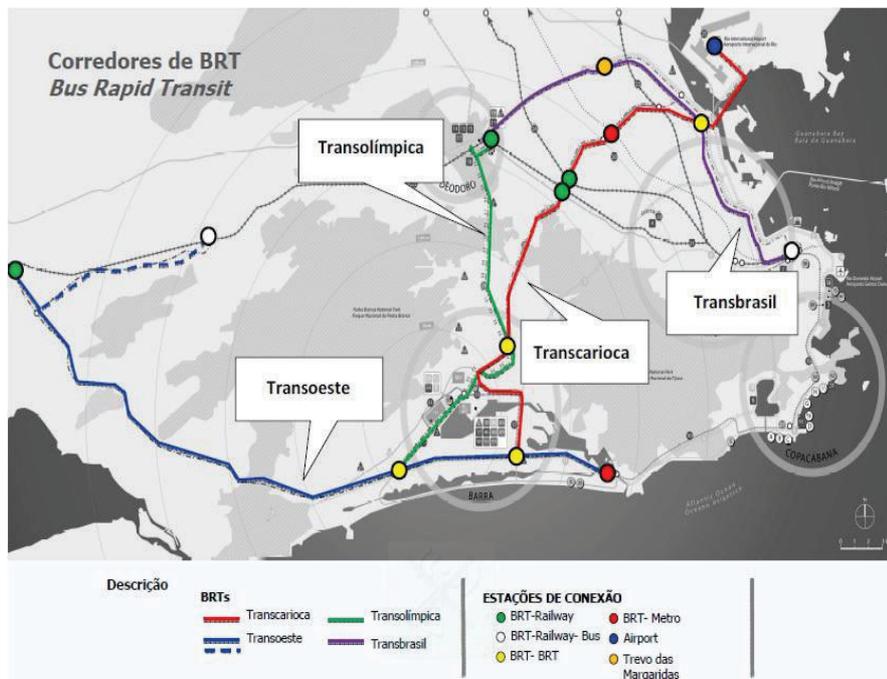
Elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, o plano do Legado apresenta as áreas de atuação do governo para a realização dos megaeventos na cidade, além de mostrar seu papel no processo de transformação da cidade. O papel da prefeitura do Rio é, segundo o documento oficial, de antecipar as mudanças sociais, ambientais e urbanas imprescindíveis para o desenvolvimento da cidade, executar com exatidão todos os compromissos nos prazos e orçamentos estabelecidos, atrair novos investimentos com a promoção da cidade nos âmbitos nacional e internacional, propor a participação da população para desenvolver e construir o referido “Plano do Legado”, trabalhar conjuntamente com todos os níveis de governo e com os Comitês Organizadores e criar projetos educacionais para promover os valores olímpicos (Plano do Legado, 2011, p. 3). O Plano do Legado (2011, p. 10) é definido em quatro grandes áreas consideradas primordiais para o sucesso dos eventos na cidade:

- a) Os transportes, com “*um novo sistema intermodal implantado, com integração entre os corredores expressos (BRTs), trens, barcas e metrô*”, representando uma elevação de 16% para 50% do transporte de alta capacidade;
- b) A infraestrutura urbana, com a revitalização da região portuária e qualificar novamente quatro regiões olímpicas;

- c) O meio ambiente, destaca-se a plantação de 24 milhões de árvores em todo o Estado, o acesso ao saneamento de mais de 700 mil pessoas e a redução de 16% dos gases causadores do efeito estufa;
- d) Desenvolvimento social, os principais pontos são a urbanização de todas as favelas até 2020 e a construção de 100 mil novas casas legalizadas.

Os BRTs (*Bus Rapid Transit*), corredores de ônibus expressos e articulados, darão mais rapidez ao transporte público na cidade e região metropolitana. A “Transcarioca”, com a ligação entre a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional do Galeão, passando por vários bairros da zona norte, a “Transoeste”, que ligará a Barra da Tijuca a Santa Cruz, a “Transolímpica” unindo o bairro do Recreio dos Bandeirantes à Deodoro, a “Transbrasil” ligando o centro da cidade via Avenida Brasil ao Trevo das Margaridas com ampliação até Deodoro, e a “Zona Sul Barra”, que duplicará a Avenida Niemeyer e criará a terceira faixa no Viaduto das Bandeiras são os projetos relacionados aos transportes. A figura 1 dará uma noção de como serão as ligações na cidade (Plano do Legado, 2011, p. 12).

Figura 1 – Corredores de BRT



Os principais projetos em infraestrutura urbana serão feitos em pontos base para a realização dos eventos.

O projeto “Porto Maravilha” será responsável por toda a requalificação da Região Portuária, o entorno do Sambódromo será toda revitalizada, retomando o projeto original de Oscar Niemayer. Já o entorno do Maracanã passará por uma requalificação de todo o complexo esportivo e integrará a Quinta da Boa Vista, assim como a requalificação dos arredores do Estádio Olímpico João Havelange e do Parque Olímpico. O “Plano de Hotéis” dará incentivo a elevação de número de ofertas da hotelaria da cidade e viabilização da Vila Olímpica para abrigar todo o pessoal são as prioridades da prefeitura na questão urbana para os eventos (Plano do Legado, 2011, p. 28-27). Os projetos do município para a questão ambiental estão voltados para:

O reflorestamento e recuperação da cobertura vegetal do município para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, expansão e reforma da rede cicloviária da cidade, recuperação ambiental da região de Jacarepaguá, construção de um centro de tratamento de resíduos no município de Seropédica e a coleta e tratamento do esgoto sanitário no rio Marangá (Plano do Legado, 2010, p. 29-30)

É prioridade do governo municipal, no desenvolvimento social, os projetos “Morar Carioca”, um programa para a urbanização, conservação, controle do uso do solo e acesso a serviços públicos nas favelas da cidade, o “Rio Criança Global”, que englobará o ensino da língua inglesa na rede municipal de ensino e o “Rio em Forma Olímpico”, destinado a prática de esportes e atividades físicas nas áreas públicas (Plano do Legado, 2011, p. 33).

No Rio de Janeiro, a sinergia entre os investimentos previstos para a Copa e para as Olimpíadas, reduz o volume de recursos necessário para os jogos olímpicos, principalmente na infraestrutura e estádio²⁰. Algumas linhas econômicas observadas no Dossiê de Candidatura aos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos em 2016, disponíveis no Portal da Transparência apresentam condições favoráveis a determinados setores da economia ligados com a realização do evento.

²⁰ O Estádio do Maracanã estará pronto para abrigar as Cerimônias de Abertura e Enceramento dos Jogos Olímpicos, pois estará reformado com vistas a Copa do Mundo.

Considerando os efeitos da inflação e da variação cambial, as premissas orçamentárias das Olimpíadas devem garantir os preços de mercado e cotações realistas, a presunção cautelosa das receitas, a definição da participação de cada ente²¹ envolvido na realização dos jogos para que não haja omissão ou duplicidade de informações, as “*receitas de permuta (VIK) dos patrocinadores inseridos nas despesas relevantes*”, entre outros (Portal da Transparência, 2011).

A proposta brasileira para as Olimpíadas dá incentivos e benefícios ao COI e aos envolvidos no aparato olímpico. A proteção financeira dada ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos (COJO)²², como prover subsídios, garantir o orçamento do COJO (o governo cobre quaisquer déficits), além de financiar orçamentos que não são de responsabilidade do Comitê Organizador, são as principais garantias a organização do evento. Na área fiscal, a isenção de impostos sobre lucro de empresa (IRPJ e CSLL), sobre as vendas (COFINS), sobre renda retida na fonte (IRRF), além do relaxamento das regras de importação temporária dos impostos como o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) mostram os benefícios fiscais do COJO. (Portal da Transparência, 2011).

No mesmo pensamento, o Governo Federal dará isenção fiscal aos bens importados relacionados a todos os envolvidos nos jogos, como patrocinadores, COI, a imprensa e os fornecedores e renunciará aos impostos relacionados aos *royalties* pagos pelo COJO ao COI (Portal da Transparência, 2011).

Sobre a entrada e trânsito dos agentes olímpicos, será dada licença de trabalho, sem necessidade de pagamento para quem for morar ou trabalhar, antes, durante os jogos, além de obter transporte gratuito para os credenciados ou espectadores com ingresso, dentro das instalações olímpicas (Portal da Transparência, 2011).

Em relação aos direitos de TV e de *marketing*, o governo dará a dispensa dos impostos sobre lucro e venda aos pagamentos efetuados a

²¹ Nos âmbitos governamental (Federal, Estadual e Municipal), organizacional (COJO) e privado.

²² O COJO é uma organização sem fins lucrativos. Será responsável pelas despesas operacionais e com as obras temporárias relativos às Olimpíadas.

terceiros residentes no Brasil para o COI e o COJO. Nos pagamentos de terceiros residentes no exterior, ao COJO será dada a isenção fiscal sobre o lucro e a venda e dará à abnegação caso não esteja ligado aos ganhos de capital. (Portal da Transparência, 2011).

Na parte econômica, os investimentos previstos para os Jogos Olímpicos vão ser de aproximadamente R\$ 12,5 bilhões, distribuídos em acomodações, instalações olímpicas, segurança, tecnologia e transportes como apresentado na Tabela 6.

Tabela 6 - Investimentos Previstos para os Jogos Olímpicos

Área	Investimento Público (R\$ milhões)	Investimento COJO (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)	%
Acomodações	2.590,49	0	2.590,49	20,69
Instalações Esportivas	953,29	565,07	1.518,36	12,13
Segurança	471,9	0	471,9	3,77
Tecnologia	405,86	71,63	477,49	3,81
Transportes	7.460,00	0	7.460,00	59,59
Total	11.881,54	636,7	12.518,24	100

Fonte: Portal da Transparência (2011)

Nas acomodações, será construído no bairro da Barra da Tijuca, a Vila Olímpica e Para-Olímpica, de alto padrão, orçado em R\$ 854 milhões e a Vila de Mídia destinada aos jornalistas e fotógrafos, com tarifas diárias de US\$ 150, localizada perto de IBM (Centro Internacional de Radiodifusão) e do MPC (Centro Principal de Mídia), ao custo de R\$ 1,6 bilhão de reais. Haverá as Vilas do Maracanã, Porto e Deodoro reservado para os técnicos, profissionais de mídia e todo pessoal de apoio dos jogos, do tipo “três estrelas”, no valor de R\$ 111 milhões. Os recursos para todas as acomodações serão financiados pela Caixa Econômica Federal, sendo de responsabilidade da iniciativa privada (Portal de Transparência, 2011).

As instalações esportivas na Barra da Tijuca terão quatro Centros Olímpicos de Treinamento, onde serão realizados, entre outros, as partidas de basquete, handebol e as lutas (aproximadamente R\$ 133 milhões cada), o Centro Aquático Maria Lenk (R\$ 29,6 milhões), o Estádio Olímpico do Desporto Aquático (R\$ 109 milhões), o Velódromo Olímpico (cerca de R\$ 80 milhões), os

Centros Olímpicos de Tênis e Hóquei (R\$ 125,6 e R\$ 24,7 milhões, respectivamente) e as reformas da Arena Olímpica (R\$ 8 milhões) e de alguns pavilhões do Riocentro (R\$ 71,2 milhões).

Copacabana terá instalações, em sua maioria, temporárias (84%) para as provas de vôlei de praia, vela, canoagem, maratona aquática, triatlo, remo e ciclismo com orçamento de R\$ 144 milhões. Em Deodoro, será construída a Arena Deodoro que abrigará a esgrima (R\$ 92,2 milhões), os Centros Nacionais de Hipismo e Tiro (R\$ 47,7 milhões e R\$ 15,2 milhões), além dos Parques Olímpicos de Pentatlo Moderno e de *Mountain Bike* (R\$ 37,5 milhões em instalações temporárias), dos Centros Olímpicos de Canoagem *Slalom* e de BMX orçados em R\$ 62 milhões e R\$ 25,6 milhões respectivamente. (Portal da Transparência, 2011).

O Estádio Olímpico João Havelange (R\$ 104,5 milhões), as construções temporárias do Ginásio do Maracanãzinho (R\$ 5,5 milhões) e a reforma do Sambódromo (R\$ 45,5 milhões) serão todos remodelados. O Estádio do Maracanã, já reformado para a Copa de 2014, terá modificações para os jogos no valor de R\$ 11 milhões e os estádios da Fonte Nova (BA), Mineirão (MG), Morumbi (SP) e o Mané Garrincha (DF) que receberão os jogos de futebol das Olimpíadas custarão ao todo R\$ 29, 8 milhões (Portal da Transparência, 2011).

Na área da segurança, o aumento das tropas da polícia civil (R\$ 129,5 milhões), da polícia militar (R\$ 115,2 milhões) e a centralização das funções policiais especializadas em um complexo central para o melhor desenvolvimento de treinamentos e transferências de conhecimento (R\$ 100 milhões) são os principais pontos na proteção dos cidadãos, turistas e participantes do evento (Portal da Transparência, 2011).

Serão construídos dois centros tecnológicos de alto padrão, o IBC (Centro Internacional de Radiodifusão), disponível para todas as emissoras de TV de todo o mundo (R\$ 260 milhões) e o MPC (Centro Municipal de Mídia), um prédio de quatro andares, dando todo apoio e serviços para toda a imprensa, com energia e internet de alta velocidade com o custo de R\$ 217,46 milhões.

Nos transportes, serão reformados e modernizados o Aeroporto Internacional do Galeão (R\$ 810 milhões), algumas avenidas²³, linhas ferroviárias²⁴, estações de metrô²⁵ que ligam os pontos da realização dos jogos e a construção de três BTRs por R\$ 2,5 bilhões e de arco rodoviários por R\$ 1,3 bilhão (Portal da Transparência, 2011).

A quantidade de recursos gastos para a realização das Olimpíadas e em especial os públicos, são para a melhoria da cidade como um todo, se considerados as expectativas dos jogos pelo Estado, beneficiando todas as classes. A especulação imobiliária, principalmente na Barra da Tijuca por ter a maioria das instalações no bairro, de classe média alta, põe dúvidas a respeito do legado olímpico para a população carente residente ao redor do bairro, como o caso da Vila Autódromo, que sofre pressão do governo e de incorporadores, para sua desapropriação. Alinhado com a especulação, o acesso a estas instalações estará prejudicado para a classe C e D caso ocorra como no Pan-2007 onde as instalações ficaram inacessíveis aos pobres. Esta exclusão social, também conhecida como segregação socioespacial será objeto do próximo capítulo.

²³ Avenidas Ayrton Senna, Abelardo Bueno e Salvador Allende por R\$ 130 milhões.

²⁴ Linhas ferroviárias de Deodoro, Belford Roxo, Santa Cruz e Saracuruna por R\$ 590 milhões.

²⁵ Prolongamento e modernização da Linha 1 e modernização da Linha 2.

CAPÍTULO 4 – ESPECULAÇÃO E SEGREGAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS DOS MEGAEVENTOS NO RIO DE JANEIRO?

As possíveis consequências dos megaeventos no Rio de Janeiro são base para os resultados propostos para esta monografia. A primeira parte será exposta as consequências da especulação imobiliária para a população carioca, depois será proposto às questões sociais, como a segregação socioespacial, vindo da especulação imobiliária e as remoções de favelas por causa dos jogos Olímpicos. No final, será dado o conceito sobre “cidade de exceção”, resultado das políticas públicas adotadas pelo governo municipal.

4.1 – Especulação imobiliária no Rio de Janeiro

A especulação imobiliária pela qual passa a cidade do Rio de Janeiro já é um dos resultados dos investimentos realizados e a se realizar, nos megaeventos esportivos. Este tópico tem como foco a apresentação de conceitos, causas e possíveis consequências deste processo. O valor da terra é algo bastante antigo na economia e remonta às contribuições de David Ricardo. Para este autor, as terras eram divididas pelo grau de fertilização do solo; à terra mais fértil pagava-se o aluguel mais alto. Afirmava, ainda, que na concorrência, os lucros dos fazendeiros capitalistas são iguados via renda da terra (Hunt, 2005). Percebe-se, portanto, que o valor da mercadoria “terra” é um objeto de estudo do modo capitalista pioneiro nas ciências econômicas.

Marx (1937 *apud* Hunt 2005, p. 221) diz que um dos pilares centrais do capitalismo é a propriedade privada, um mecanismo do modo de produção capitalista, onde a classe dominante expropria a classe trabalhadora. A terra como mercadoria possui um valor de uso (fertilidade do solo) e o valor de troca (a aplicação do capital altera suas características).

(...) a propriedade aparece como o direito do capitalista de se apropriar do trabalho não pago dos outros ou de seu produto, e a impossibilidade, por parte do trabalhador, de se apropriar de seu próprio produto. A separação entre propriedade e trabalho tornou-se a consequência necessária de uma lei que, aparentemente, se originou de sua identidade. (Marx, 1937, *apud* Hunt, 2005, p. 221)

No século XVIII, o valor da terra era baseado na produtividade do solo que, em associação com trabalho humano, gerava o desejado lucro. A necessidade no capitalismo da propriedade privada aumentava, ainda mais, a distância entre o trabalhador e o empresário, pois a característica da criação do capital não é o trabalho, mas sim sua exploração (Silva, 2008).

Com o surgimento das cidades, o espaço urbano, composto pela força de trabalho, mercado consumidor e capital, estes preceitos burgueses, existe a classe dominante apta a expropriar o capital produtivo excedente. O espaço urbano nasce da industrialização capitalista, com características de centralidade²⁶, que tem na valorização da terra, uma mercadoria com princípios econômicos de ganhos com apropriação do solo (Silva, 2008, p. 6).

O mercado de terras é caracterizado pela troca de títulos de propriedade por moeda corrente e a relação dessas trocas pode-se obter lucro. Seguindo uma abordagem pós-keynesiana, o solo é colocado com um ativo²⁷, no qual seus preços são definidos segundo suas expectativas diante da incerteza, dando margem à especulação, ou seja, *“é uma forma de valorização baseada em expectativas; dito de outra forma espera-se, ao comprar a terra, rendimentos futuros que compensem a sua aquisição, inclusive na eventual venda”* (Gonçalves e Reydon, 2003, p. 3).

O solo, por ser um ativo imóvel, durável (pois não pode ser destruído facilmente), não reprodutível e escasso, em termos físicos e econômicos, garante o caráter escasso no processo de procura e oferta para determinação dos preços, sendo mais um fator importante para o surgimento da especulação (Gonçalves e Reydon, 2003, p. 4).

²⁶ “(...) reunião de diversos elementos necessários à produção e reprodução da sociedade capitalista (novas tecnologias, força de trabalho, capitais, informação, escolas, hospitais, batalhões de polícia, etc.) num único local e também pela proximidade, reunião de atores sociais diferentes e heterogêneos” (Silva, 2008, p. 6).

²⁷ Estoque de riqueza que se pode reproduzir e conservar (Macedo da Silva, 1999 *apud* Gonçalves e Reydon, 2003).

Ademais, o solo usado para fins especulativos necessita de investimentos em infraestrutura para elevar seu valor. Quanto maior o preço pago pelas terras movidas pelas expectativas, mais a classe dominante buscará aspectos localizacionais de serviços públicos que “selecione seus vizinhos”, excluindo a parte pobre. A diversificação dos preços dos imóveis gera uma maior segregação socioespacial na cidade, tema se será melhor analisado ao longo do trabalho. Em suma, especulação é:

(...) estocar algo na esperança de realizar uma transação vantajosa no futuro, quando, então, seu preço estaria superior ao preço atual. Este ativo, enquanto especulativo, se assemelha ao capital, embora não o seja, pois ele ‘valoriza’ ou, mais propriamente, aumenta de preço (Kandir, 1984 *apud* Gonçalves, 2002, p. 1)

Em termos práticos, para Saboya (2008b)²⁸ a especulação imobiliária é uma apropriação privada dos lucros provenientes dos custos públicos para a melhoria da área afetada, ou seja, o terreno como um bem imóvel, só agrega valor com o melhoramento da infraestrutura (construção de estradas, serviços de água, esgoto e energia, etc.) e/ou com a construção de edifícios, comercial e residencial, ao redor que tornando mais “próxima” dos centros. A especulação imobiliária é:

(...) resultado das formas pelas quais se realiza a acumulação do capital na produção imobiliária. Não é possível separar a valorização da terra da valorização capitalista no meio urbano. Capital e propriedade fundem-se na produção da cidade (Santos, 1994 *apud* Gonçalves, 2002, p. 43).

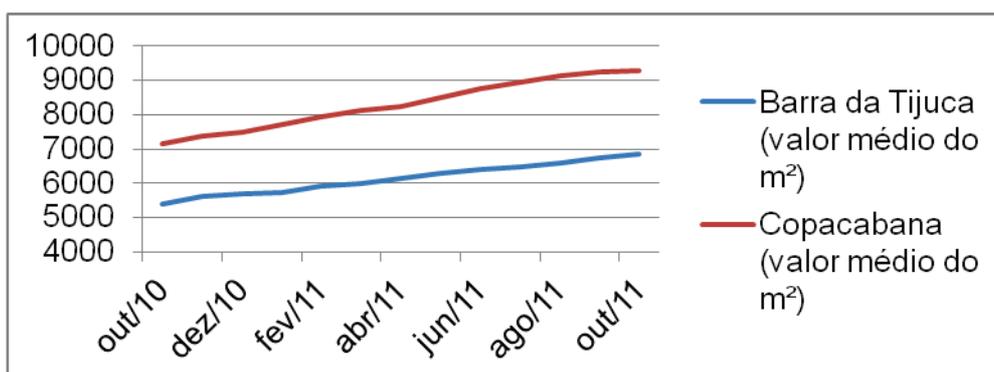
Rodrigues (1988, p. 20) aponta o Estado, como agente fundamental para a cidade, já que este ente é o provedor dos serviços essenciais para a população, como luz, telefone, abastecimento de água, sistema de transporte, além dos serviços de saúde, educação.

²⁸ Conforme artigo publicado em urbanidades.arq.br/2010/11/mais-um-pouco-sobre-especulacao-imobiliaria/.

Em tese, ele deve distribuir tais serviços da forma mais homogênea possível. Mas os eixos de valorização presentes em quase todas as cidades demonstram que o que ocorre é o contrário, ou seja, uma lógica heterogênea que acentua a desigualdade do valor da terra na cidade.

No caso do Rio de Janeiro, a maioria dos investimentos para os megaeventos, esta sendo feita nas regiões mais nobres da cidade, como Barra da Tijuca e Copacabana. Segundo dados da FIPE, nos últimos 36 meses, o valor médio do metro quadrado dos apartamentos, passou na Barra da Tijuca de R\$ 3.752,00 para R\$ 6.853,00 (valorização de 84,5%) e, em Copacabana de R\$ 3.613,00 para R\$ 9.267,00 (valorização 154,8%). O gráfico 2 apresenta os valores médios do m² dos apartamentos nos últimos doze meses²⁹.

Gráfico 2 - Evolução dos preços dos imóveis



Fonte: FIPE/ZAP

Parte da valorização imobiliária que afeta a Zona Sul, é devida à existência de prédios tombados, por lei, e áreas de proteção cultural reduzindo a oferta por terrenos e, no caso da Barra da Tijuca, a expansão pode ser explicada pelo bairro sofrer com grandes investimentos vindos desde os jogos Pan-Americanos, em 2007 (Moura, 2011).

Quando comparado entre as principais capitais onde o Índice FIPE-ZAP, que mostra a evolução do setor imobiliário, nas principais capitais do Brasil, realiza suas pesquisas, o Rio de Janeiro é a capital que mais sofreu com a valorização como a tabela 7 mostra.

²⁹ O Índice FIPE ZAP de Preços de Imóveis Anunciados é o indicador de preços de imóveis, produzido em parceria entre a FIPE e o ZAP Imóveis e disponível no site www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap.

Tabela 7 - Índice FIPE-ZAP das vendas

Índice	Out/2011	no ano	12 meses
Brasil	1,60%	23,20%	28,80%
Rio de Janeiro	1,90%	31,20%	39,80%
Belo Horizonte	0,70%	20,10%	25,60%
Brasília	0,70%	13,90%	17,50%
Fortaleza	1,20%	17,10%	16,30%
Recife	1,20%	26,40%	29,30%
Salvador	1,20%	5,20%	7,90%
São Paulo	1,90%	23,20%	28,60%

Fonte: Índice FIPE-ZAP

Também na área portuária já se inicia o processo de especulação imobiliária. A construtora responsável pelo aquário que será feito na região, começou a adquirir terrenos, por receio se valorizarem mais tarde, ou em outras, diante da incerteza, está especulando. Como a região é próxima do centro da cidade, a reforma dos galpões é algo bem rentável no médio prazo (Moura, 2009). Cabe deixar claro que a valorização dos imóveis na cidade do Rio, não é decorrência somente dos investimentos dos megaeventos. Regiões como a Tijuca começam a se valorizar em decorrência dos efeitos das UPPs³⁰, que tomaram as favelas em volta da região, elevando a segurança, consequentemente os preços dos imóveis (Moura, 2011).

Segundo o vice-presidente do Sindicato de Habitação do Rio (Secovi), Leonardo Schneider, a causa da valorização imobiliária na cidade ocorre devido ao alto déficit imobiliário, a escassez de terrenos para construção, além da elevação dos preços devido aos megaeventos que virão para a cidade (Agente Imóvel, 2011).

O que se pode concluir é que os megaeventos esportivos que serão realizados no Rio de Janeiro, são causas importantes para a elevação dos preços dos imóveis principalmente, nas regiões mais nobres como a Zona Sul e a Barra da Tijuca. O aumento desses preços prejudica prioritariamente a população de baixa renda, pois cada vez mais se afasta dos centros a procura de lugares mais baratos para viver, ocorrendo assim à segregação

³⁰ Unidade de Polícia Pacificadora, que tomou a favela do poder paralelo do tráfico.

socioespacial. Na próxima sessão será usado para apresentar as possíveis consequências sociais que a Copa do Mundo e as Olimpíadas trarão para o município.

4.2 - Segregação socioespacial, desapropriações e a cidade de exceção

Uma grave consequência da realização dos megaeventos no Rio de Janeiro é o tratamento desigual que gera segregação. Neste caso, a segregação de cunho social e espacial se caracteriza quando os investimentos, especialmente públicos não contemplam as classes de menor poder aquisitivo. Em outras palavras, os interesses da “cidade moderna” ficam atrelados à necessidade de valorização do capital e para tanto se faz necessária a higienização social local.

Segregação significa “separar do rebanho”, sendo assim a segregação social define-se por discriminar uma parte da sociedade do meio comum e a segregação espacial como separar algo ou alguém do espaço, daí o termo segregação socioespacial, que nada mais é, no caso das cidades, da separação de uma determinada classe social do espaço urbano.

Delgado (1993 *apud* Pegoretti e Sanchez, 2004) aponta o fato de o Estado agir de maneira heterogênea, na cidade, na distribuição dos bens coletivos e a dificuldade de grupos sociais de baixo poder aquisitivo de obter seu imóvel ou terra, decorrente da especulação imobiliária, como fatores que contribuem para a segregação socioespacial.

Ademais é fato que as classes com renda mais alta se excluem naturalmente. Para entender como as classes dominantes tendem a auto-segregação, há que se levar em conta os avanços técnicos, notadamente com a propagação dos automóveis, ampliação da rede de energia elétrica, dentre outros, que possibilitam o distanciamento entre o local de moradia com o local de abastecimento. Soma-se a isto a verticalização das moradias que aglutina o espaço urbano e deixa áreas vazias em seu entorno (Sposito, 1999 *apud* Moreira Jr, 2010).

A auto-segregação parte da classe mais alta detentora do capital que se instala nas áreas ricas, privilegiadas pelos melhores serviços, moradias e atividades de lazer, frequentada pela classe dominante, com ruas pavimentadas etc. A outra parte é formada pela “*periferia pobre, pelas favelas, pelos cortiços, enfim, áreas sem infraestrutura adequada*”, deixando a cidade descontinuada o que cria a bipolarização do espaço urbano. (Moreira Jr, 2010, p. 6).

A exclusão da população pobre aos direitos da cidade resulta na procura de seu imóvel em lugares onde o poder público não alcança. As favelas são o símbolo da sociedade desigual, da segregação residencial, de modo que a baixa remuneração e a proximidade do mercado de trabalho que reduzem as despesas com moradia e transporte são fatores econômicos que modelam o novo espaço urbano (Gonçalves, 2006). Correa (1995, p. 30 *apud* Moreira Jr, 2010) cita como as favelas estão inseridas no espaço urbano.

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade.

Desse modo, Maricato (2003) afirma que existem duas “cidades” no contexto urbano. A cidade formal ou legal, onde se localiza a classe dominante, com acesso a todos os serviços e a cidade informal ou ilegal, no qual a classe expropriada vive, fora dos regimes legais em lugares sem infraestrutura e sem qualidade de vida.

As Olimpíadas serão usadas como uma boa justificativa para implementação da política de “tolerância zero” na esfera social, removendo favelas e reprimindo o trabalho informal. A classe mais baixa é a mais impactada com os megaeventos e o Relatório Especial da ONU para a moradia adequada mostra claramente como ocorre esta situação (2009, p. 11 *apud* Silva, 2010):

O legado negativo dos megaeventos incide particularmente nos setores mais desfavorecidos da sociedade. Esses grupos vêm-se afetados desproporcionalmente pela tendência aos despejos forçados, deslocamentos, diminuição da disponibilidade de habitação social, redução da acessibilidade à moradia, carência de lar, distanciamento da comunidade e das redes sociais existentes, restrição das liberdades civis e punição da carência de lar e das atividades marginalizadas. Os deslocamentos e despejos forçados que têm origem no embelezamento e no aburguesamento afetam normalmente a população de baixa renda, as minorias étnicas, os imigrantes e os idosos, a quem se obriga abandonar seus lares e se reassentarem em zonas distantes dos centros da cidade. Da mesma forma, as políticas e leis especiais adotadas para 'limpar' a cidade, resultam na remoção de pessoas sem lar, mendigos, camelôs, trabalhadores sexuais e outros grupos marginalizados das zonas centrais e no seu reassentamento em áreas especiais ou fora da cidade.

As ameaças de remoções pelos “riscos geotécnicos” assolam a população que vive em comunidades carentes. O Morro da Providência, localizado perto da região do porto, com previsão de desapropriações de 832 moradias e a comunidade Pavão-Pavãozinho, localizado em Copacabana, com a retirada de 300 casas são justificadas em grande parte, pelo risco para os moradores. Porém estudos realizados vão contra o parecer “técnico” da prefeitura, que sede parte dos recursos e terras públicas para os incorporadores imobiliários. As construções viárias como o BRT Trancarioca que ligará a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional, também estão cercados pelas remoções, como no caso dos moradores da Rua Domingos Lopes, no bairro de Madureira (Dossiê de Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011).

Outras remoções para fins especulativos estão das comunidades Restinga, Vila Harmonia e Vila Recreio II, localizadas na Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, onde cerca de 500 casas foram removidas de maneira abrupta e sem o devido ressarcimento gerando consequências graves para os antigos moradores como a perda do emprego, pois não conseguiram moradia perto do local de trabalho (Dossiê de Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011, p. 27).

O símbolo de enfrentamento ao Estado contra as remoções vem da Vila Autódromo, com cerca de 950 famílias que se instalaram na Barra da Tijuca, quando ainda não havia interesse nas terras, mas agora, sofre desde o Pan-2007 com ameaça de desalojamentos, por motivos estéticos, urbanísticos e ambientais e nas Olimpíadas para fazer o “corredor de segurança”. Representantes da Vila encaminharam, via Defensoria Pública ao COI uma notificação contra a remoção, por ela ser ilegal, do ponto de vista jurídico, por ferir a Relatoria da ONU, da Carta Olímpica e por não estar de acordo com o Estatuto das Cidades (Silva, 2010). Existe um projeto que está sendo elaborado na comunidade em associação com grupos acadêmicos da UFRJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Regional e Urbana) e da UFF (Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos) para solucionar tais questões. O programa foi dividido quatro áreas: habitacional; saneamento, infraestrutura e meio ambiente; serviços públicos; e de desenvolvimento cultural e comunitário³¹.

Dentre as medidas que estão sendo adotadas para o combate as remoções, na esfera popular, a organização ainda é incipiente e fragmentada. O Conselho Popular do Rio de Janeiro, formado por várias comunidades e a REME (Rede de Megaeventos Esportivos), formado por presidentes comunitários, professores e pesquisadores, a Pastoral de Favelas, a Defensoria Pública, entre outros, são os atores sociais que estão reivindicando o “direito à cidade” com mais ênfase (Silva, 2010).

Todos os exemplos citados relacionados às remoções foram feitas sem a consulta popular. Tais desapropriações geram consequências negativas fortes, retirando um direito fundamental do ser humano, já que vão contra leis nacionais (artigo 6º da Constituição Federal) e internacionais (Relatoria da ONU) de direito a moradia e tais leis são usados contra a população.

O Estado, em todos os âmbitos, se torna um responsável direto dos problemas relacionados à cidade, devido a sua interferência na criação dos serviços coletivos, já que é de sua alçada as obras com infraestrutura em determinadas áreas, valorizando uma parte do espaço e na constituição legal

³¹ Ver Projeto Tatuzaio. Disponível em <<http://www.tatuzaio.com.br/2011/12/megaeventos-vila-autodromo-resiste-e.html>> Acesso 1 jan. 2012.

do espaço urbano como a *“lei de parcelamento, a lei do zoneamento, a lei do perímetro urbano, o código de obras, ou ainda o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor Urbanístico, entre tantos outros”*. (Moreira Jr, 2010, p. 3). No Rio de Janeiro, o uso do planejamento estratégico, vem desde década de 1990 com a candidatura da cidade para os Jogos Olímpicos de 2002. É nítido a flexibilização do estado para tornar a cidade mais competitiva frente às concorrentes do mundo globalizado.

O Estatuto das Cidades coloca os investidores privados em consócio com o poder público, podendo fazer diante da lei *“a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente”* e a *“regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente”* (Lei 10.257 de 10/07/2001). Estas medidas acentuam ainda mais a situação de exceção. A cidade de exceção coloca justamente a exceção como regra, como parte de um estado de emergência permanente (sentimento de crise ou “corrida contra o tempo” no caso dos Jogos Olímpicos), onde medidas excepcionais devem ser tomadas para garantir a “integridade da cidade” e tem como características a *“centralização das decisões, personalização do poder, lideranças carismáticas, regulações ad hoc e flexíveis, em nome da crise (...)”* Vainer (2011, p. 11).

No Rio de Janeiro, o conceito de cidade de exceção se faz presente devido da “emergência” que surge para a realização dos megaeventos esportivos em 2014 e 2016. As consequências só reforçam o caráter restritivo de como a cidade é gerida. As conclusões apontam para moradias cada vez mais valorizadas nas regiões onde o governo atua com mais força, a segregação socioespacial se torna latente, a maneira de como estão ocorrendo às remoções para as Olimpíadas agridem as classes desfavorecidas e a cidade de exceção é a resultado de como o modelo estratégico-empresarial adotados pelo governo, eleva a desigualdade entre as classes sociais inseridas no espaço urbano carioca.

CONCLUSÃO

A urgente necessidade de recuperação da infraestrutura social e econômica no Brasil tem dado novo rumo à questão do financiamento, expresso nas parcerias público-privadas e nas privatizações. As novas formas de financiamento da infraestrutura no Brasil estão intimamente ligadas à abertura econômica e ao modelo econômico que vigora desde então – o neoliberalismo. As propostas neoliberais pregam o fim do intervencionismo estatal na economia e uma maior integração das economias nacionais ao mercado internacional, processo também conhecido como globalização.

Em síntese, a ação do poder público seria a de remover obstáculos ao capital social básico, abrindo horizontes de acumulação à iniciativa privada, seja ratificando a configuração herdada do período de consolidação do mercado interno, seja abrindo, eventualmente, novas opções de fluxos. Em outras palavras, o objetivo de identificar as oportunidades de investimentos, com a finalidade de “otimizar as oportunidades” e de superar os “gargalos econômicos”, com vistas a assegurar essa otimização, acaba relegando a questão social e ambiental a um plano secundário, como também não leva em conta a situação das áreas de extrema pobreza, tais como as favelas cariocas.

Neste sentido, cabe lembrar o aumento do preço do metro quadrado construído em áreas nobres da capital fluminense, bem como os locais de inversões de capital para os megaeventos programas para a cidade. A especulação imobiliária trará para a população de menor renda, resultados negativos, como o afastamento da classe expropriada para longe de seu local de trabalho e/ou aumentar o índice de favelização do município. A destinação dos recursos públicos de maneira heterogênea e concentrada em áreas de interesse da classe dominante (Zona Sul e Barra da Tijuca) gera mais renda e mais poder extraeconômico aos donos dessas terras. Os Jogos Pan-Americanos em 2007 foram uma amostra da maneira de alocação dos recursos na cidade e de como as autoridades públicas trabalharam e quem foram os mais beneficiados pelo “legado” do Pan.

As remoções causadas para a instalação dos equipamentos esportivos e da infraestrutura para os jogos é mais um fator chave do prejuízo social vindo dos megaeventos. Todos os déficits sociais relacionados aos investimentos citados nesta monografia devem-se ao modo de planejamento adotado pelo governo e de como estes estão empregados no espaço urbano.

A cidade de exceção, apresentado por Vainer (2011), mostra características brasileiras para adoção da prática estratégica urbana em forma de atrasos na realização das obras e depois, transformada na emergência no emprego dos investimentos pelo curto tempo disponível, criam a necessidade do sentimento de crise, moldada pelas Olimpíadas. A emergência dá a oportunidade de flexibilização de leis para atender as exigências impostas pelo “tempo”, o que acentua ainda mais a situação de exceção, elevando exponencialmente a desigualdade.

Os megaeventos demandam um grande volume de inversões públicas e caso seja utilizado de maneira correta, pode levar a uma distribuição igualitária dos benefícios provenientes dos jogos, para que o Rio não se torne uma cidade de exceção. O planejamento estratégico por si só não resolve, pelo contrário, contribui para aumentar a exclusão social. É necessário que megaeventos sejam construídos dentro de um viés de gestão participativa, socialmente referenciada para que a segregação socioespacial seja efetivamente combatida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA IMÓVEL. **Valorização dos imóveis no RJ não é especulação, afirma Schneider**. Rio de Janeiro. 16 mar. 2011. Disponível em: <http://www.agenteimovel.com.br/noticias/2011/03/16/valorizacao-dos-imoveis-no-rj-nao-e-especulacao-afirma-schneider>. Acesso em 22 nov. 2011.

BENEDICTO, D. B. M. & MARQUES, G. J. A. L. **Pan Rio 2007**: manifestações e manifestantes. In: Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis: ANPUR, 2009. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/anais/ena13/ARTIGOS/GT1-1062-938-20081220230327.pdf>. Acesso em 4 out. 2011.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Portal Transparência**, 2011. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016>. Acesso em 10 out 2011.

BRASIL. **Lei 11.079/2004 de 30/12/2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceira público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF. v. 252, p. 6, Seção 1, 2004.

BRASIL. Ministério dos Esportes. **Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil**. Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/estudoSobreImpactosEconomicosCopaMundo2014.pdf>. Acesso em 7 out. 2011.

BRASIL. Ministério dos Esportes. **Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil**. Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/estudoSobreImpactosEconomicosCopaMundo2014.pdf>. Acesso em 7 out. 2011.

DOSSIÊ DE ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil**. 2011. Disponível em http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/temas-de-atuacao/megaeventos/dossie_violacoes. Acesso em 2 jan. 2012

EGLER, T. T. C.; OLIVEIRA, F. M. A.. **Jogo no Rio**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 12, p. 87-101, 2010. Disponível em: http://www.anpur.org.br/revistas/rev_ANPUR_v12_n2.pdf. Acesso em 02 out. 2011.

ERNST & YOUNG. **Brasil sustentável**: impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014. São Paulo: Ernst & Young, 2010.

FIPE - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA. Referência obtida na Internet. Disponível em: <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>. Acesso em 21 nov. 2011.

GIAMBIAGI, F.; FERREIRA, S.; BESSERMAN, S.; SOUTO, L. **O papel do Estado, o projeto olímpico e a importância do legado.** In: Anais – XXII Fórum Nacional de Direitos Humanos e Novos Temas 2009 Na Crise, Brasil, Desenvolvimento de uma Sociedade Ativa e Moderna. Disponível em: <http://www.inae.org.br/pub/ep/EP0361.pdf>. Acesso em 9 out 2011.

GONÇALVES, J. C.; **A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos.** 1 dez 2002. 152f. Dissertação (mestrado em Economia). Instituto de Economia. Universidade de Campinas, Campinas. 2002.

GONÇALVES, J. C.; REYDON, B. P. A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos. **Anais do XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia**, 2003.

GONÇALVES, R. S. **A Política, o Direito e as Favelas do Rio de Janeiro. Um breve olhar histórico.** Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 1, p. 1-23, 2006. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo2.pdf>. Acesso em 23 nov. 2011.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios Brasileiros - 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/tabelas_pdf/tab01.pdf. Acesso em 23 nov 2011.

ICHIKAWA, E. Y. **Considerações críticas sobre planejamento estratégico.** Revista Produto & Produção, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 56-62, 1998. Disponível em < http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1997_T5102.PDF >. Acesso 8 out. 2011.

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos avançados. 2003, vol.17, n.48, p. 151-166. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>. Acesso em 22 nov. 2011.

MASCARENHAS, G.; BORGES, F. C. **Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória.** Esporte e Sociedade, v. 4, p. 1-26, 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es1004.pdf>. Acesso em 2 out 2011.

MELO, E. S. O. . **Desafios no caminho para o Rio 2016: o que nos dizem as experiências anteriores?** E-Metropolis, v. 4, p. 14-25, 2011. Disponível em: http://www.emetropolis.net/edicoes/n04_mar2011/e-metropolis_n04.pdf. Acesso em 2 out 2011.

MINTZBERG, H. **Ascensão e queda do planejamento estratégico.** São Paulo: Pearson Education Limited, 2000.

MOREIRA JR, O. . **Cidade partida: segregação Induzida e auto-segregação urbana.** Caminhos de Geografia (UFU), v. 13, p. 1-10, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/10714/6358>. Acesso em 23 nov. 2011

Moura, P. **Especulação Imobiliária no Rio de Janeiro.** Valor Econômico, São Paulo. 12 mai. 2011. Disponível em: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2011/05/18/especulacao-imobiliaria-no-rio-de-janeiro-2>. Acesso em 22 nov. 2011.

MOURA, P. **Porto Maravilha já provoca especulação imobiliária no Rio.** Valor Econômico, São Paulo. 27 out 2009.

NOVAIS, P.; OLIVEIRA, F. L. Grandes Projetos Urbanos: Panorama da Experiência Brasileira. **XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association.** Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/OliveiraFabricioLeal.pdf>. Acesso 12 set. 2011.

OLIVEIRA, N. G.; GAFFNEY, C. T. Rio de Janeiro e Barcelona: os limites do paradigma olímpico. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 895 (17), 2010. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895-17.htm>. Acesso em 02 out. 2011.

PEGORETTI, M. S; SANCHES, S. P. A problemática da segregação espacial dos residentes na área rural: uma visão através da dimensão acesso e do sistema de transporte. In: **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2004.

PINTO, G. J. **Planejamento estratégico e city marketing: a nova face das cidades no final do século XX.** Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 3, março, p. 17-22, 2001. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/10070/5941>.

PRONI, M. W. . **A reinvenção dos Jogos Olímpicos.** Esporte e Sociedade, v. 3, p. 01-10, 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es904.pdf>. Acesso 29 set. 2011.

PRONI, M.W; ARAUJO, L. S.; AMORIN, R. L. C. **Leitura econômica dos Jogos Olímpicos: financiamento, organização e resultados.** Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 24227 de 20/05/2004.** Cria a AGENDA SOCIAL-RIO e dá outras providências. Disponível em: <http://www.oocities.org/br/fporj/AgendaSocial.htm>. Acesso 2 out. 2011.

RIO DE JANEIRO. **Plano do Legado da Cidade para Copa 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos,** 2011. Disponível em: <http://www.jogoslimpos.org.br/wp->

content/uploads/2011/08/Completa_16_08_2011-Empresa-OI%C3%ADmpica-Municipal-1.pdf. Acesso em 10 out. 2011.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

RUBIO, K. **Os jogos olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. IX, núm. 194 (85). 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-85.htm>. Acesso em 29 de setembro de 2011.

SABOYA, Renato. **Urbanidades: O que é especulação imobiliária?**, 2008b. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/09/o-que-e-especulacao-imobiliaria>. Acesso em 12 de nov. 2011.

SABOYA, R. **Urbanidades: Planejamento Estratégico – parte 1**, 2008a. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/05/planejamento-estrategico-de-cidades-parte-1>. Acesso em 10 set. 2011.

SEIXAS, J. **Os mega-eventos na cidade: imagética social, política econômica e governança urbana**. E-Metropolis, v. 2, p. 4-9, 2010. Disponível em: http://www.emetropolis.net/edicoes/n02_set2010/e-metropolis_n02.pdf. Acesso em 12 set. 2011.

SILVA, G. **Olimpíadas, choque de ordem e limpeza social no Rio de Janeiro: algumas resistências em curso**. Biblio 3w (Barcelona), v. 15, p. 18, 2010. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-895/b3w-895-18.htm>. Acesso em 05 de novembro de 2011.

SILVA, O. T.. **A valorização da terra e a especulação imobiliária: as transformações do mercado de terras urbanas em Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá na nova conjuntura de produção flexível**. Revista Tamoios, v. 1, p. 1-19, 2008. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/viewFile/656/690>. Acesso 14 de novembro.

ULTRAMARI, C. **Grandes Projetos Urbanos no Brasil: Conceitos, Contextualização e Discussão de Três Casos. Perspectivas Urbanas** (Online), v. 1, p. 1, 2007. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo3.pdf>. Acesso 12 set. 2011

ULTRAMARI, C; REZENDE, D. A. **Grandes projetos urbanos: conceitos e referenciais**. Ambiente Construído (Online), v. 7, p. 1-15, 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/viewFile/3733/2086>. Acesso 12 set. 2011

VAINER, C. B., **Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro**
In: Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.
Disponível em: <http://www.anpur.org.br/anais/ena14/ARQUIVOS/GT1-1019-633-20110106150243.pdf>. Acesso em 24 nov. 2011.

VAINER, C. B.. **Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento urbano**. Mundo Urbano - Publicación digital especializada en investigación urbana, v. 14, 2004. Disponível em: http://www.mundourbano.unq.edu.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=97&catid=87. Acesso em 20 ago. 2011.

VAINER, C. B. **Grandes Projetos Urbanos**: O que se pode aprender com a experiência brasileira. Mimeo, s/d.